

# Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 31

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Isenção para quem?** ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita Federal e PGFN acordam sobre auxílio creche** ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Os vários desenhos da economia (Artigo)** ..... 8

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Bancadas antecipam regulamentação da reforma** ..... 10

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita libera programa para atualizar bens no exterior** ..... 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**CDB funciona como tipo de empréstimo feito a banco** ..... 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Golpe altera QR Code de boletos** ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Indicador de atividade do BC avança 0,6% em janeiro** ..... 14

AGÊNCIA BRASIL - GERAL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3** ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

**Supremo vai julgar Revisão da Vida Toda nesta semana (Recálculo)** ..... 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Veja quais as doenças que garantem isenção do Imposto de Renda** ..... 19

VALOR ONLINE - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Dado do BC mantém visão otimista de analistas para economia no início do ano** ..... 21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

**Acesso a dados de aposentadoria** ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Projeto sobre IR em aplicações sai hoje, diz Haddad** ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - SEMINÁRIO ALIMENTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Ideia de cobrança do Imposto Seletivo sobre alimentos industrializados preocupa o setor** ..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Haddad prepara mudanças no IR sobre aplicações financeiras.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA Governo planeja mandar ao Congresso projeto sobre IR no mercado financeiro.....	28
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Como proteger seu patrimônio antes da mudança tributária.....	29
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Dívidas dos Estados são uma das prioridades.....	30
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA PL trata de impostos sobre aplicações.....	31
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA Regulamentação da reforma tributária deve ser concluída até o fim do mês, diz Haddad .....	32
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA Agenda de Haddad para reduzir custo de capital avança no Congresso.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Tributação de dividendos será mais estudada, diz Haddad.....	36
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - SOCIAL/GERAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Prévia do PIB: IBC avança 0,6% em janeiro, aponta Banco Central.....	37
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS À espera da "Superquarta", dólar fica acima de R\$ 5 pela primeira vez em quatro meses .....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Economia aquecida traz dúvida sobre ritmo de queda de juros.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Dólar fecha acima de R\$ 5 pela primeira vez desde outubro.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Área técnica do TCU vê infração em limite de bloqueio no Orçamento.....	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA "Prévia" do PIB do BC cresce 0,6% em janeiro.....	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA TCU: bloqueio menor de gasto, como quer governo, é infração.....	44

Terça-Feira, 19 de Março de 2024

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
ECONOMIA

IGP-10 desacelera em março ..... 45

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Liberação do FGTS para 144 mil ..... 46

PORTAL R7 - NACIONAL  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Pesquisas apontam que 70% ficariam insatisfeitos com o fim do saque-aniversário do FGTS  
..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Chile desacelera no 4º tri, mas cresce 0,2% em 2023 ..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Em recessão, economia alemã deve contrair 0,1% este ano ..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Juros americanos devem cair menos e mais tarde (Editorial) ..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Inflação põe em risco corte do Fed em junho ..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Bancos perdem R\$ 5 bi em receita de tarifa ..... 56

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BNDES é a instituição de fomento que mais financiou projetos ..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Brasil precisa alongar visibilidade da dívida, diz presidente do BofA ..... 59

# Isenção para quem?

Contribuintes que receberam até dois salários mínimos em 2023, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a partir dos 65 anos e aposentados com doença grave prevista em lei estão entre os cidadãos que podem ter isenção do Imposto de Renda 2024.

Com isso, não pagam o tributo à **Receita Federal** e, em alguns casos, podem ser dispensados de declarar o IR 2024.

Estar isento significa que parte da renda do contribuinte ou toda não tem desconto do imposto, mas não leva automaticamente o cidadão a não entregar a declaração. Há outras regras que podem obrigar o envio.

O prazo para prestar contas começou na sexta-feira (15) e vai até 31 de maio. Quem perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Aposentados e pensionistas acima dos 65 anos têm direito a uma isenção extramensal a partir do mês em que fazem aniversário. Isso significa que, além da isenção padrão dada a todos os trabalhadores, há ainda um limite maior para esses cidadãos.

O benefício é válido para a renda da previdência oficial, paga pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) ou regimes próprios de estados, municípios e Distrito Federal.

## Limite

A atualização da tabela do Imposto de Renda não trouxe atualização da isenção para os maiores de 65 anos. No ano de 2023, o limite de isenção foi de até R\$ 24.751,74 (12 parcelas de até R\$ 1.903,98 mais o 13º salário).

Se o cidadão tiver apenas essa renda e não se encaixar em outras regras da Receita, não precisará declarar o IR.

## Isenção por doença grave

Aposentados com doença grave precisam ter a isenção registrada na Receita ou no órgão próprio de Previdência. Para declarar o benefício, é preciso ter o informe de rendimentos do **INSS**, no qual consta detalhadamente toda a renda recebida no ano, e pode ser obtido no Meu **INSS** ou no site:extratoir.gov.br.

A isenção em benefícios previdenciários está prevista na lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e inclui os rendimentos como auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente, aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) que seja decorrente de acidente em serviço e benefícios concedidos a portadores de doenças profissionais ou doenças graves.

A isenção do IR sobre o benefício para quem é aposentado e tem doença grave ocorre só após o segurado passar por perícia no **INSS**. O exame pericial pode ser agendado no aplicativo ou site Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

Além do número do CPF e demais documentos pessoais, o segurado terá de apresentar laudos médicos que comprovem o direito (Da Folhapress).

## SERVIÇO

Veja as doenças graves que dão direito à isenção no IR 2024

Tuberculose ativa

Alienação mental

Esclerose múltipla

Câncer

Aids

Cegueira

Hanseníase

Paralisia irreversível e incapacitante

Cardiopatia grave

Doença de Parkinson

Espondiloartrose anquilosante

Nefropatia grave

Estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante)

Contaminação por radiação

Fibrose cística (mucoviscidose)

Hepatopatia grave

Síndrome de Talidomida

Quem deve declarar o Imposto de Renda 2024?

É OBRIGADO A DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA EM 2024 O CONTRIBUINTE QUE:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70;

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil;

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra;

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos);

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil;

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50;

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores;

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro;

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores;

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira;

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital.

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-42049d7b8acf5f21481fdc2a07f23129.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-42049d7b8acf5f21481fdc2a07f23129.pdf)

# Receita Federal e PGFN acordam sobre auxílio creche

**Beatriz Olivon De Brasília**

A **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entraram em um acordo sobre a partir de quando começa a ser cobrada a contribuição previdenciária sobre o auxílio creche, se quando a criança faz cinco ou seis anos - decidiram por cinco anos e 11 meses. A divergência foi resolvida dentro da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), da Advocacia Geral da União (AGU), a partir de um pedido do setor de saúde.

Esse foi o primeiro acordo fechado desde que a Câmara foi criada. O grupo já recebeu mais 15 pedidos de solução de divergências tributárias entre o próprio poder público.

Em paralelo, uma outra Câmara resolve divergências regulatórias. A motivação para o advoga-do-geral da União criar os núcleos foi a indicação do número de litígios envolvendo a União no Judiciário, até entre os próprios entes federais, conforme explicou o coordenador do Comitê Tributário da Sejan, Leonardo Alvim.

A existência de mais de um órgão com competência tributária na administração pública federal foi uma das observações feitas a partir do Diagnóstico de Contencioso Judicial Tributário elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a instituição de ensino Insper, segundo destaca Alvim. Não há regra de governança para eles se organizarem quando divergem, nem um fórum onde possam conversar, de acordo com o coordenador.

Na prática, a Câmara acaba sendo a possibilidade de um fórum. Instituições de pesquisa e entidades podem participar e monitorar, apontando, inclusive as divergências interpretativas, como aconteceu nesse caso. Se os órgãos não se alinharem dentro da Câmara a Controladoria-Geral da União (CGU) pode emitir um parecer e submetê-lo à assinatura presidencial para vincular os órgãos e chegar a um entendimento comum.

A divergência entre Receita e PGFN nesse tema foi apontada pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde). De acordo com o Secretário Executivo da Confederação, Bruno Sobral, essa diferença indicava a falta de entendimento uniforme do governo sobre o

assunto. "O principal mote da discussão foi a insegurança jurídica", afirmou.

Segundo Alvim, no caso concreto não havia passivo porque o entendimento da Receita era mais favorável que o da PGFN então nas autuações que chegavam à Justiça não havia divergência com o entendimento da procuradoria, que faz a defesa judicial das causas tributárias. "Foi uma forma rápida e resolutiva que harmonizou o entendimento", afirmou.

Existe um histórico sobre a contribuição previdenciária incidente no auxílio creche que explica a divergência entre os entes, segundo Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados. O advogado auxiliou a CNseg a indicar a divergência.

"A divergência não veio 'do nada', cada ente considerava alguma lei", afirmou Vasconcelos. Originalmente a Constituição previa o direito a creche até os seis anos. Mas após alteração pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, passou para cinco anos.

O Ato Declaratório da PGFN nº 13, de 2011, reconhecia a não incidência a trabalhadores com filhos até o limite de cinco anos de idade. Já para a Receita, conforme a Lei n 8.212, de 1991, não incidem contribuições previdenciárias sobre verbas pagas a trabalhadores com filhos até o limite de seis anos de idade.

De acordo com o advogado, havia duas discussões no judiciário, uma sobre o atendimento dos requisitos legais para afastar a contribuição e outra sobre o prazo. Em decorrência dessa divergência, o advogado afirma que havia dúvida, que levou alguns clientes a proporem ação com o questionamento.

Entre os outros quinze pedidos que já foram apresentados, alguns são demandas de abertura de novas transações tributárias (negociações de dívidas com a Fazenda Nacional), segundo Alvim. E já há previsão de reunir novamente PGFN e **Receita Federal**, incluindo, dessa vez, a Procuradoria Federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Será discutido o enquadramento ou não de entidades do setor de energia elétrica no conceito de preço pré-determinado.

Está em discussão a alegação de que as Leis do PIS e

da Cofins ao tratarem do regime não cumulativo mencionam que contratos pré-determinados permanecem no regime cumulativo e esses contratos firmados com a Aneel são de prazo muito longo. O entendimento da **Receita Federal** é colocar as entidades no não cumulativo, segundo o coordenador, mas as entidades do setor entendem que deveriam permanecer no cumulativo. E, aparentemente a Aneel, assessorada pela PGF, também interpreta isso, divergindo da Receita.

"Foi uma forma rápida e resolutiva que harmonizou o entendimento" Leonardo Alvim

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187818>

# Os vários desenhos da economia (Artigo)

**Mario Mesquita**

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco.

O debate sobre conjuntura econômica brasileira está esquentando, focado nos temas tradicionais, atividade, **inflação**, desafios fiscais e política monetária.

Em relação à atividade, as discussões giram em torno da possibilidade do crescimento em 2024 repetir a taxa observada em 2023, sem desaceleração. As projeções dos analistas que respondem a pesquisa Focus, do Banco Central, sobre o crescimento do **PIB** em 2024 começaram o ano em 1,6%, estão agora em 1,8%, e têm sido revisadas para cima sucessivamente. As economistas do Itaú recentemente elevaram a projeção de 1,8% para 2%.

O principal determinante dessa revisão foi uma mudança positiva nas perspectivas para o crescimento do crédito para pessoas físicas, na medida em que os primeiros efeitos da distensão monetária começam a se manifestar - as concessões devem crescer cerca de 10% em termos reais, antes a expectativa era de estabilidade. O crescimento global pode ajudar, com elasticidade praticamente 1-1, se incorporarmos o impacto sobre os preços de commodities. Adicionalmente, o mercado de trabalho aquecido pode contribuir para um crescimento mais forte, ao sustentar a renda e o consumo.

Por outro lado, o agro não deve ajudar tanto quanto em 2023. Ademais, não esperamos o mesmo impulso fiscal do que o observado em 2023, que refletiu a PEC da Transição. Levando em conta todos os fatores de risco, o viés parece equilibrado. Entre os riscos negativos pode-se incluir um impacto mais intenso do El Niño sobre o produto agrícola e seus impactos indiretos sobre os demais setores, os efeitos negativos da queda do preço de commodities sobre o investimento, e uma interrupção prematura do ciclo de flexibilização monetária. Do lado positivo, incluem-se os pagamentos de precatórios, uma perspectiva ainda mais positiva para o crescimento do crédito para pessoas físicas, e uma possível nova rodada de estímulos fiscais que não afete as condições financeiras.

Se as perspectivas para a atividade são mais favoráveis, o mesmo não pode ser dito quanto à **inflação**. O consenso das projeções para a **inflação** de 2024, capturado pela citada pesquisa do Banco Central, começou o ano em torno de 4%, caiu para

cerca de 3,8% até o início de março, mas não só deixou de melhorar desde então, como trouxe piora na margem nos componentes de **inflação** subjacente. O processo de desinflação, desde o pico visto em 2022, tem dependido de uma contribuição importante dos preços de itens comercializáveis, como combustíveis, produtos industriais e alimentos, dado que o mercado de trabalho aquecido e a pressão salarial limitam as perspectivas de redução da **inflação** de serviços.

Considerando uma projeção central de 3,6%, o balanço de riscos parece equilibrado. Do lado de baixa, podemos ter a antecipação dos aportes da Eletrobrás nas chamadas conta covid e a de escassez hídrica, influenciando tarifas de eletricidade; redução mais intensa da **inflação** de passagens aéreas; **inflação** mais fraca de proteínas.

O maior risco de alta, por outro lado, parece derivado da **inflação** de serviços, dado o estado do mercado de trabalho. Note-se que os riscos de baixa se referem essencialmente a itens mais voláteis, ao passo que os riscos de alta a núcleos de **inflação**.

A política fiscal deve mostrar, sob o ponto de vista do resultado primário, um saldo melhor do que em 2023, mas ainda distante tanto da meta de resultado zero para o ano, quanto para o superávit de ao menos 1,5% do **PIB** necessário para estabilizar a dívida pública. Recapitulando, no ano passado, a expansão de despesas, frustração de receitas, deterioração do desempenho de entidades subnacionais e pagamento de precatórios transformaram um superávit de 1,2% do **PIB** (em 2022) em um déficit de 2,3%. O consenso para o ano corrente é que o saldo primário atinja um déficit de 0,8% do **PIB**. Se excluirmos o efeito do pagamento de precatórios, a melhora seria de 1,5% para 0,8% do **PIB**. Isso assumindo que as medidas de aumento de receita previstas para o ano - incluindo julgamentos do **Carf**-gerem ganhos equivalentes a 0,8% do **PIB**.

Surpresas positivas com a atividade econômica, baseadas na demanda doméstica, que tende a contribuir mais para a arrecadação do que crescimento impulsionado pelo agro, podem implicar um viés positivo para o resultado fiscal. O mesmo vale para decisões sobre o contingenciamento do aumento de gastos esperado para o ano. Do ponto de vista dos investidores, tão ou mais importante do que o resultado de 2024, será o que isso vai implicar para o resultado de 2025: perspectiva de renovada piora poderia gerar desconforto.

Quanto à política monetária, o debate gira em torno de possíveis alterações no plano de voo do Copom - o consenso atual (da pesquisa Focus) é a taxa Selic chegar a 9% ao final de 2024 e 8,5% no fim de 2025. Antes de considerar alternativas, cabe observar que, na medida em que o ciclo avança, naturalmente a probabilidade de desaceleração (aceleração) do ritmo de flexibilização aumenta (diminui). As decisões de política monetária,

aqui e em outros países com regime semelhante, visam levar as projeções de **inflação** para a meta ao longo de um determinado período. Trata-se, em suma, de um exercício voltado para o futuro, mas que leva em conta também fatores correntes que influenciam as perspectivas inflacionárias. Resumidamente, o plano de voo do Comitê de Política Monetária reflete visões sobre a taxa de câmbio e, mais importante, das expectativas de **inflação**.

Utilizando modelos econométricos para realizar simulações, o Copom poderia acelerar o ritmo, um cenário aparentemente improvável, caso a taxa de câmbio caia abaixo de R\$ 4,75, ou a expectativa de **inflação** para 2025, atualmente em 3,51%, decline para algo como 3,3% ou menos. Mas existe também a possibilidade de uma interrupção prematura do ciclo, o que poderia ocorrer com a taxa de câmbio acima de R\$ 5,25, ou as expectativas de **inflação** para 2025 substancialmente acima de 3,5%.

Expectativas, por sua vez, além de serem inerciais, dependem em parte da **inflação** corrente, bem como da meta. Quão maior for a credibilidade da autoridade monetária, mais as expectativas tendem a aderir à meta, e descontar a influência dos dados correntes. Nesse sentido, resolver a incerteza sobre a composição futura do Copom poderia ajudar a ancorar as expectativas e, assim, a estender o ciclo.

Resolver a incerteza sobre a composição futura do Copom poderia ajudar a ancorar as expectativas da **inflação**

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1)

# Bancadas antecipam regulamentação da reforma

Parlamentares e representantes do setor privado decidiram se antecipar ao governo e iniciar o processo de apresentação de projetos de lei para regulamentar a **reforma tributária**. O objetivo é protocolar essas propostas antes que o Ministério da Fazenda apresente aquelas que estão sendo preparadas pelo governo com representantes de estados e municípios.

Dois projetos foram apresentados nesta segunda-feira (18) e devem ser protocolados nesta terça (19) na Câmara, de acordo com os responsáveis pelo texto.

O primeiro busca dificultar a implementação do Imposto Seletivo sobre bens prejudiciais à saúde.

O segundo trata da revisão de contratos de longo prazo.

Na próxima semana, será apresentado o projeto sobre três regimes específicos de tributação, para serviços financeiros, setor imobiliário e combustíveis.

Também está em fase final de elaboração uma proposta sobre o contencioso administrativo dos novos tributos.

A ideia é obrigar a **Receita Federal** a julgar controvérsias sobre a nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) em conjunto com as administrações de estados e municípios, responsáveis pelo novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

A CBS também ficaria de fora do Carf (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**). Os questionamentos de autuações referentes aos dois novos **tributos** seriam analisados por um tribunal nacional. Ele seria formado por pessoas concursadas, sejam elas representantes do Fisco ou dos contribuintes.

Ao todo, foram criados 19 grupos de trabalho "paralelos" aos do governo para elaborar projetos sobre a regulamentação da reforma, que deixou uma lista de 73 questões que dependem de lei complementar para serem colocadas em prática. Entre elas, as regras de funcionamento dos novos **tributos** e os bens e serviços beneficiadas com alíquotas menores ou tributação diferenciada.

Para aprovação de lei complementar é necessário

maioria absoluta nas duas Casas do legislativo (mais da metade das 513 deputados e 81 senadores), quórum superior à maioria simples (mais da metade dos presentes à votação) exigida para aprovação de projetos de lei ordinária ou medidas provisórias.

No caso do Imposto Seletivo, o governo vai listar na sua proposta todos os bens e serviços que serão atingidos por esse tributo, como bebidas alcoólicas e fumo. Depois, será necessária uma lei ordinária para fixar as alíquotas do tributo. (Folhapress)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/19-marco-2024/10-caderno>

# Receita libera programa para atualizar bens no exterior

**WELLTON MÁXIMO** Agência Brasil, Brasília

A **Receita Federal** liberou ontem o Programa de Atualização de Bens e Direitos no Exterior (Abex) aos contribuintes que quiserem atualizar o valor de bens e de investimentos fora do Brasil e pagar menos Imposto de Renda (IR). O programa pode ser baixado na página da Receita na internet.

A lei que taxou as offsho-res, aprovada no fim do ano passado deu duas opções para quem mantém cotas ou a totalidade de empresas de investimento no exterior. O contribuinte pode atualizar o quanto o investimento rendeu até agora e pagar 8% de IR sobre o ganho de capital (lucro) até 31 de maio, ou não atualizar o valor e pagar 15% depois de maio.

Ganho de capital

Para calcular o ganho de capital, o contribuinte deve informar o valor do bem na data de compra e o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023. A conta deve ser feita por uma instituição de avaliação especializada, no caso de imóveis e bens móveis, como carro, avião, helicóptero e navio) ou por uma instituição financeira, no caso de aplicações financeiras.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_3326E08FB6867A6134894D3AB4F4C037589A607E9733F7CDE4C59A458F121811A734A585DBA0AAF4DAE049F0D4B5BCB138D6E3D6F521E83CD9982BE383AF32E2116283EBEBABCAAF3760E2DD373A84866126DB4E8BD3F646F25D9DC7C19A0E6D26F6BCA3D9C8C07FB19B605059F979D31142C066AA138061C3C40E](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_3326E08FB6867A6134894D3AB4F4C037589A607E9733F7CDE4C59A458F121811A734A585DBA0AAF4DAE049F0D4B5BCB138D6E3D6F521E83CD9982BE383AF32E2116283EBEBABCAAF3760E2DD373A84866126DB4E8BD3F646F25D9DC7C19A0E6D26F6BCA3D9C8C07FB19B605059F979D31142C066AA138061C3C40E)

# CDB funciona como tipo de empréstimo feito a banco

**JULIANA SODRÉ**

Declarar o Certificado de Depósito Bancário (CDBs) pode até parecer difícil, mas o DIÁRIO DO COMÉRCIO consultou o advogado tributarista Flávio Pedron, do escritório Pedron Lage Advogados, para contribuir com informações e auxiliar na hora de preencher a declaração.

Antes de se ater às regras, é preciso ressaltar que o prazo para fazer a declaração do Imposto de Renda para pessoa física começou na última sexta-feira (15) e vai até o dia 31 de maio. O download do programa utilizado para fazer a declaração já foi liberado pela **Receita Federal** desde a semana passada pela instituição e, de acordo com especialistas, o tempo é suficiente para reunir a documentação e fazer a declaração.

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um tipo de investimento de renda fixa emitido por instituições financeiras. De acordo com Pedron, funciona como um empréstimo que o investidor faz ao banco, recebendo em troca juros ao longo de um período determinado. A diferença entre CDB e Certificado de Depósito Interbancário (CDI), bem comum entre os investidores, está relacionada aos juros. O CDB geralmente oferece uma taxa pré-fixada ou pós-fixada atrelada a algum índice, enquanto o CDI é um indicador que reflete a taxa média dos empréstimos entre os bancos.

Os rendimentos do CDB estão sujeitos à tributação. A alíquota do Imposto de Renda varia de acordo com o prazo de aplicação: até 180 dias, 22,5%; de 181 a 360 dias, 20%; de 361 a 720 dias, 17,5%; e acima de 720 dias, 15%.

Para calcular o imposto sobre os rendimentos de CDB, é preciso multiplicar o índice do imposto pelos rendimentos.

Por exemplo, se você obteve um rendimento de R\$ 100 com o CDB e o manteve por mais de 720 dias (cerca de dois anos) aplicado, a alíquota será de 15%. Sendo assim, o cálculo será 15% de R\$ 100, que nesse caso, resulta um imposto de R\$ 15.

O Imposto de Renda é descontado na fonte, ou seja, quando o cliente faz a retirada, o banco já desconta o valor devido no momento do resgate ou do vencimento

do CDB. E, além dele, há o imposto sobre operações financeiras (IOF), que incide sobre o rendimento apenas nos primeiros 30 dias da aplicação, seguindo uma tabela regressiva que varia de 96% de alíquota para um dia de investimento até 0% para 30 dias de investimento.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-19-03-2024/>

# Golpe altera QR Code de boletos

Criminosos têm utilizado uma nova ferramenta para alterar o código de barras e o QR Code do Pix de boletos de contas em atraso, de forma a direcionar o pagamento para 'contas laranja\*. Como a ação é feita diretamente no e-mail da vítima, só é possível identificar o golpe na hora de pagar o boleto.

É por meio do Reboleto - ferramenta criada para atualizar o código de barras, com juros, de boletos atrasados e permitir o pagamento on-line - que os golpistas editam os códigos das faturas. A única maneira de evitar o roubo é perceber a alteração no nome do destinatário na hora do pagamento e não efetuá-lo.

O esquema foi identificado pela empresa global de ciber-segurança Kaspersky. A primeira etapa do golpe é o acesso remoto a e-mails pelo golpista, a partir de credenciais vazadas na internet. Uma ferramenta então é acionada para buscar mensagens com anexos e palavras como "boleto", "pix", "segunda via" no assunto. Em geral, nos e-mails de pessoas físicas, são encontrados envios de empresas de energia, telecomunicações, saneamento e outros tipos de negócio.

Na segunda etapa, o criminoso abre as mensagens e faz a edição das faturas através do Reboleto.

- A edição fraudulenta do boleto acontece diretamente na caixa de e-mail da vítima. Portanto, todas as dicas de ter atenção ao remetente e a erros de ortografia não ajudarão a identificar o golpe. O único momento para evitá-lo é no momento de pagar a conta, pois é possível perceber a alteração no nome do destinatário - explica Fabio Assolini, diretor na Kaspersky.

Além de consumidores, empresas de todos os tamanhos podem ser alvos de criminosos.

IR: Receita alerta sobre sites e aplicativos falsos

Tão logo a **Receita Federal** abriu o prazo para o entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (ano-base 2023), os golpistas já entraram em ação. Desde a última sexta-feira, os contribuintes já podem prestar contas ao Leão. Mas, nesta época, a atenção deve ser redobrada, pois já surgiram sites e aplicativos falsos sobre o assunto.

Segundo a Receita, já foram identificadas páginas fraudulentas e campanhas maliciosas que induzem os usuários a instalar apps falsos, tanto para dispositivos

móveis com sistema Android quanto para aparelhos com sistema iOS. O alerta foi feito pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIRGov).

Por isso, a recomendação é que o cidadão baixe somente o programa de declaração disponível no site da **Receita Federal**. Nesta página, também é possível fazer a declaração online, embora essa modalidade e pelo aplicativo, haja algumas limitações.

## CUIDADOS A TOMAR

**ATENÇÃO** Na hora do pagamento, serão mostrados dados de uma pessoa aleatória, usada como laranja, em vez de os dados da empresa fornecedora que deveria receber o pagamento.

**CHECAGEM** Se a empresa ou o usuário ativou o serviço de Débito Direto Automático (DDA), vale a pena conferir se os detalhes do boleto a ser pago são iguais aos que são exibidos no internet banking na função DDA.

**DUPLA AUTENTICAÇÃO** Ative a ferramenta no correio eletrônico. Isso impedirá o acesso não autorizado do criminoso ao e-mail e, conseqüentemente, às faturas.

**VAZAMENTOS DE DADOS** Consumidores devem acompanhar alertas sobre vazamento de dados de serviços on-line. Assim, será possível trocar sua senha quando em risco. Há ainda programas que alertam sobre vazamentos, como o Kaspersky Plus ou Kaspersky Premium. Empresas também devem ficar atentas ao vazamento de credenciais em fóruns clandestinos e na darkweb.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Indicador de atividade do BC avança 0,6% em janeiro

**Anais Fernandes De São Paulo**

Apesar de um pouco abaixo das expectativas, o índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de janeiro não alterou a visão, entre analistas, de que a economia brasileira pode ter tido um início de ano melhor do que o esperado, impulsionada, sobretudo, pelo consumo.

O IBC-Br subiu 0,60% em janeiro de 2024, na comparação dessazonalizada com dezembro de 2023, divulgou ontem o BC. A expectativa mediana colhida pelo Valor Data era de alta de 0,7%. Em relação a janeiro de 2023, o crescimento foi de 3,45%. No acumulado de 12 meses até janeiro deste ano, o IBC-Br avança 2,5%. Devido às constantes revisões, o indicador em 12 meses é mais estável do que o mensal.

As surpresas com as pesquisas do IBGE de janeiro para o comércio e os serviços foram "bem importantes", diz Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Bmg.

O varejo ampliado - que inclui veículos e material de construção e é mais relevante para o cálculo do Produto Interno Bruto (**PIB**) - subiu 2,4% em janeiro, em relação a dezembro, ante expectativa de 0,6% do Valor Data. Os serviços, por sua vez, avançaram 0,7%, ante projeção de queda de 0,5%.

"A dúvida é se isso se sustenta ao longo do primeiro trimestre ou não. Ainda estou um pouco cético com a ideia de um primeiro trimestre muito exuberante. Mas, com o que temos de informação hoje, a atividade foi um pouco mais forte", diz Serrano.

Para ele, a alta do varejo em janeiro pode ter sido temporária, mais ligada a preços, por causa dos descontos expressivos, do que a uma dinâmica consistente da demanda. "Eu esperaria uma devolução importante em fevereiro", diz.

No caso dos serviços, a previsão é mais turva. À exceção de janeiro, observa Serrano, as últimas três divulgações não vinham surpreendendo para cima. Há, porém, uma correlação importante entre o mercado de trabalho e os serviços, aponta, e o Brasil abriu quase 180,4 mil vagas formais em janeiro, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (Caged), mais que o dobro da expectativa colhida pelo Valor Data.

"O mercado de trabalho aponta ainda resiliência. Aparentemente, a atividade está começando o ano melhor mesmo", diz Serrano.

O desempenho pode refletir, segundo ele, a defasagem da política monetária, que está em um ciclo de afrouxamento desde agosto de 2023, e também algum impulso fiscal, com transferências de renda e reajuste do salário mínimo.

Serrano observa que o resultado de janeiro deixa uma "herança estatística" de 1,2% para o IBC-Br no primeiro trimestre do ano. "É bastante forte", afirma, notando que o dado está bem acima da sua projeção atual para o **PIB** no período, de 0,4%. "Pelos dados de janeiro, essa projeção tem um viés de alta", diz.

O IBC-Br tem metodologia distinta das Contas Nacionais do IBGE. O indicador do BC, que é mensal, permite acompanhamento mais frequente da evolução da atividade, enquanto o **PIB**, trimestral, descreve um quadro mais abrangente da economia.

Para Daniel Xavier Francisco, economista-chefe do Banco ABC Brasil, a "herança estatística" do IBC-Br no primeiro trimestre de 2024 se traduz em uma alta de 0,8% do **PIB** trimestral, acima do 0,4% projetado até então por ele.

Assim, após a divulgação do indicador do BC, o banco revisou sua previsão para o crescimento do **PIB** em 2024 de 1,5% para 2,3%.

Além dos dados fortes da atividade de janeiro, o banco incorporou o maior impulso ao consumo vindo de fatores como a antecipação do pagamento de precatórios e do 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS**, do mercado de trabalho apertado, da renda real em alta e de melhorias nos balanços de empresas e famílias.

Olhando à frente, a MCM Consultores projeta novo avanço, ainda maior, do IBC-Br, de 1,2% em fevereiro, ante janeiro. A XP espera que o IBC-Br cresça 1,4% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto de 2023, com altas de 0,5% em fevereiro e 0,4% em março.

O "tracker" (estimativa de alta frequência) da XP para o **PIB** indica alta de 0,8% no primeiro trimestre de 2024, ante o último de 2023. "A atividade econômica ganhou tração no período recente", diz o economista Rodolfo Margato.

O acompanhamento em tempo real do Santander para o **PIB** do primeiro trimestre passou a sinalizar alta de 0,7%, ante 0,6% da projeção prévia. Ainda que janeiro tenha sido um mês de resultados majoritariamente positivos para a atividade, o economista do banco Gabriel Couto diz não esperar que os desempenhos do varejo e de serviços se repitam em fevereiro.

"Nossa projeção de crescimento para o ano de 2024 é de 1,5%, pois esperamos uma desaceleração importante para o segundo trimestre de 2024", afirma.

Para Xavier, do ABC Brasil, impulsos positivos do início de 2024 devem se espalhar para o segundo trimestre, que avançaria 0,6% ante o primeiro, projeta. O ritmo de altas trimestrais na segunda metade do ano, por sua vez, deve ficar em torno de 0,7%.

"Não esperamos que performances se repitam em fevereiro"

Gabriel Couto

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1>**

# Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 19/03/2024 - 06:55  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (19) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 679,23. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,15 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 270 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 100 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 3,21 milhões de famílias foram incluídas no programa desde março do ano passado. Segundo a pasta, isso se deve à estratégia de busca ativa.

## Regra de proteção

Cerca de 602 mil famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,49.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

# Supremo vai julgar Revisão da Vida Toda nesta semana (Recálculo)

Luana Patriolino

+

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga, nesta quarta-feira (20), um recurso sobre a possibilidade de anular a decisão que autorizou a chamada Revisão da Vida Toda. Em 2022, a Corte havia decidido que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm direito a pedir os recolhimentos anteriores a julho de 1994, porém, um recurso pede a invalidação do resultado e o reenvio da ação ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Enquanto a definição não sai, 4.319 processos tiveram a tramitação suspensa, aguardando os ministros, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao dar resultado favorável aos aposentados, em dezembro de 2022, o Supremo entendeu que os recolhimentos realizados em período anterior a 1994 também deveriam ser apurados para fins de aposentadoria, prevalecendo, assim, a medida que fosse mais vantajosa para o contribuinte.

A tese proposta pelo relator, ministro Alexandre de Moraes, limitou o período temporal dos segurados beneficiados pela decisão até a Emenda Constitucional 103/2019.

O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26/11/1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC em 103 /2019, que tornou a regra transitória definitiva, tem o direito de optar pela regra definitiva, acaso essa lhe seja mais favorável , disse à época.

No entanto, no ano passado, Moraes atendeu a um pedido do **INSS** e suspendeu todos os processos que tratam da Revisão da Vida Toda até que seja concluída a análise do recurso apresentado. Isso aconteceu porque centenas de pessoas estavam protocolando pedidos de revisão dos benefícios, e, em alguns casos, já havia decisões favoráveis.

A análise do recurso começou no plenário virtual da Suprema Corte. Na ocasião, três ministros defenderam que o julgamento deveria ser reiniciado no STJ: Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. A discussão foi levada para o plenário físico.

Esse é um dos processos de maior valor para os cofres públicos. O **INSS** alega perdas bilionárias com essa revisão. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), caso a revisão prevaleça, o impacto será de R\$ 480 bilhões - número muito superior à estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP): R\$ 1,5 bilhão.

A revisão é o recálculo da média salarial para a aposentadoria considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994. A alteração poderá ser solicitada por aqueles que começaram a contribuir para o **INSS** antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 - ano em que mudaram as fórmulas de cálculo e definiu-se que, para pessoas que já contribuíram naquela época, os pagamentos antes da reforma não seriam considerados.

### O que está em jogo

Na avaliação do economista Vinicius do Carmo, é crucial reconhecer que o julgamento do STF sobre as revisões de vida toda para os segurados do sistema de aposentadorias públicas do Brasil levanta questões profundas sobre equidade e estabilidade financeira.

Ao argumentar que a revisão resultou em perdas bilionárias e desequilíbrio atuarial, a autarquia federal destaca um aspecto importante. No entanto, é fundamental refletir sobre o seguinte: essa condição já era previsível desde a concessão do pedido na decisão anterior , disse.

Decidir agora em favor do **INSS** coloca em xeque o direito reconhecido anteriormente devido à incapacidade do Estado em executá-lo. Porém, esse problema já era conhecido antes, o STF tem, cada vez mais, tomado decisões que não são definitivas, que colocam em questão a consistência e previsibilidade das decisões judiciais, especialmente as que envolvem repercussão nas finanças públicas , completou Carmo.

O advogado Denis Camargo Passerotti destaca que a revisão deve ser bem fundamentada. Embora se mostre injusto - se olharmos a questão sob a ótica do direito individual - o que se coloca em discussão e que tem se mostrado recorrente em decisões capazes de

gerar grandes impactos financeiros, é o seu custo, ou seja, de que forma outros ou todos serão atingidos, pois o orçamento público constitui peça essencial para realização das políticas públicas e os recursos de que dispõe o Estado são escassos , apontou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

**<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/03/6820973-supremo-vai-julgar-revisao-da-vida-toda-nesta-semana.html>**

# Veja quais as doenças que garantem isenção do Imposto de Renda

A legislação estipula uma série de doenças que qualificam um indivíduo para a isenção do Imposto de Renda. No entanto, muitas situações adversas não são de conhecimento da população.

Gilder Daniel Torres, professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Anhanguera, destaca que as doenças que oficialmente garantem essa isenção incluem:

AIDS

Alienação Mental

Cardiopatia Grave

Cegueira (inclusive monocular)

Contaminação por Radiação

Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante)

Doença de Parkinson

Esclerose Múltipla

Espondiloartrose Anquilosante

Fibrose Cística (Mucoviscidose)

Hanseníase

Nefropatia Grave

Hepatopatia Grave

Neoplasia Maligna

Paralisia Irreversível e Incapacitante

Tuberculose Ativa

É crucial compreender que o reconhecimento dos direitos previdenciários pelos órgãos como o **INSS** e a Justiça pode divergir. Além disso, a isenção do Imposto de Renda para portadores de doença grave se aplica somente aos rendimentos de aposentadoria, pensão ou proventos de militares na reserva.

É fundamental entender a natureza desses valores elegíveis para o benefício, destacando que os proventos podem ter origem em fontes além da previdência pública, diz Gilder.

Outros rendimentos

Além disso, rendimentos de pensão provenientes de acordo ou decisão judicial, escritura pública e até mesmo alimentos provisionais recebidos por portadores de doenças graves são considerados isentos.

Também estão isentos os proventos de aposentadoria ou reforma decorrentes de acidente de trabalho, assim como os recebidos por portadores de doenças profissionais, diz ele.

Entretanto, há situações em que a isenção do imposto não se aplica. Tentar recorrer nessas circunstâncias pode ser uma perda de tempo e recursos financeiros. Por exemplo, os rendimentos provenientes de atividade empregatícia e autônoma antes da aposentadoria não são isentos, mesmo para portadores de doença grave.

Em relação aos resgates financeiros de entidades de **previdência complementar**, Fapi ou PGBL, a isenção só é válida para os valores que representam complemento de aposentadoria. Caso contrário, mesmo que o beneficiário seja portador de doença grave, haverá incidência do Imposto de Renda, diz Gilder.

Documentação necessária

Para solicitar a isenção do Imposto de Renda, é necessário reunir toda a documentação referente ao diagnóstico e confirmação da doença grave.

"O direito à isenção será concedido com base em laudo pericial, portanto, é crucial apresentar o máximo de informações e provas possível. Se viável, o laudo pericial deve ser emitido pela junta médica da fonte pagadora, facilitando o cancelamento da retenção do imposto na fonte. Caso contrário, é preciso contatar o órgão previdenciário ao qual o indivíduo é vinculado e formalizar a abertura do processo, solicitando a isenção. Será então agendada uma perícia médica para comprovar a existência da doença e avaliar a

data em que ela foi contraída, ou, na ausência dessa informação, será considerada a data de emissão do laudo pericial", finaliza o professor.

(\*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/veja-que-doencas-que-garantem-isencao-do-imposto-de-renda,382cc04389d2b247fb34ecd9c07f47f8ekmy6x6h.html>**

# Dado do BC mantém visão otimista de analistas para economia no início do ano

Por Anaís Fernandes - De São Paulo

Por Anaís Fernandes - De São Paulo

19/03/2024 05h00 Atualizado há uma hora

Apesar de um pouco abaixo das expectativas, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de janeiro não alterou a visão, entre analistas, de que a economia brasileira pode ter tido um início de ano melhor do que o esperado, impulsionada, sobretudo, pelo consumo.

O IBC-Br subiu 0,60% em janeiro de 2024, na comparação dessazonalizada com dezembro de 2023, divulgou ontem o BC. A expectativa mediana colhida pelo Valor Data era de alta de 0,7%. Em relação a janeiro de 2023, o crescimento foi de 3,45%. No acumulado de 12 meses até janeiro deste ano, o IBC-Br avança 2,5%. Devido às constantes revisões, o indicador em 12 meses é mais estável do que o mensal.

As surpresas com as pesquisas do IBGE de janeiro para o comércio e os serviços foram "bem importantes", diz Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Bmg.

O varejo ampliado - que inclui veículos e material de construção e é mais relevante para o cálculo do Produto Interno Bruto (**PIB**) - subiu 2,4% em janeiro, em relação a dezembro, ante expectativa de 0,6% do Valor Data. Os serviços, por sua vez, avançaram 0,7%, ante projeção de queda de 0,5%.

"A dúvida é se isso se sustenta ao longo do primeiro trimestre ou não. Ainda estou um pouco cético com a ideia de um primeiro trimestre muito exuberante. Mas, com o que temos de informação hoje, a atividade foi um pouco mais forte", diz Serrano.

Para ele, a alta do varejo em janeiro pode ter sido temporária, mais ligada a preços, por causa dos descontos expressivos, do que a uma dinâmica consistente da demanda. "Eu esperaria uma devolução importante em fevereiro", diz.

No caso dos serviços, a previsão é mais turva. À exceção de janeiro, observa Serrano, as últimas três divulgações não vinham surpreendendo para cima.

Há, porém, uma correlação importante entre o mercado de trabalho e os serviços, aponta, e o Brasil abriu quase 180,4 mil vagas formais em janeiro, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mais que o dobro da expectativa colhida pelo Valor Data.

"O mercado de trabalho aponta ainda resiliência. Aparentemente, a atividade está começando o ano melhor mesmo", diz Serrano.

O desempenho pode refletir, segundo ele, a defasagem da política monetária, que está em um ciclo de afrouxamento desde agosto de 2023, e também algum impulso fiscal, com transferências de renda e reajuste do salário mínimo.

Serrano observa que o resultado de janeiro deixa uma "herança estatística" de 1,2% para o IBC-Br no primeiro trimestre do ano. "É bastante forte", afirma, notando que o dado está bem acima da sua projeção atual para o **PIB** no período, de 0,4%. "Pelos dados de janeiro, essa projeção tem um viés de alta", diz.

O IBC-Br tem metodologia distinta das Contas Nacionais do IBGE. O indicador do BC, que é mensal, permite acompanhamento mais frequente da evolução da atividade, enquanto o **PIB**, trimestral, descreve um quadro mais abrangente da economia.

Para Daniel Xavier Francisco, economista-chefe do Banco ABC Brasil, a "herança estatística" do IBC-Br no primeiro trimestre de 2024 se traduz em uma alta de 0,8% do **PIB** trimestral, acima do 0,4% projetado até então por ele.

Assim, após a divulgação do indicador do BC, o banco revisou sua previsão para o crescimento do **PIB** em 2024 de 1,5% para 2,3%.

Não esperamos que performances se repitam em fevereiro"

- Gabriel Couto

Além dos dados fortes da atividade de janeiro, o banco incorporou o maior impulso ao consumo vindo de fatores como a antecipação do pagamento de precatórios e do 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS**, do mercado de trabalho

apertado, da renda real em alta e de melhorias nos balanços de empresas e famílias.

Olhando à frente, a MCM Consultores projeta novo avanço, ainda maior, do IBC-Br, de 1,2% em fevereiro, ante janeiro. A XP espera que o IBC-Br cresça 1,4% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto de 2023, com altas de 0,5% em fevereiro e 0,4% em março.

O "tracker" (estimativa de alta frequência) da XP para o **PIB** indica alta de 0,8% no primeiro trimestre de 2024, ante o último de 2023. "A atividade econômica ganhou tração no período recente", diz o economista Rodolfo Margato.

O acompanhamento em tempo real do Santander para o **PIB** do primeiro trimestre passou a sinalizar alta de 0,7%, ante 0,6% da projeção prévia. Ainda que janeiro tenha sido um mês de resultados majoritariamente positivos para a atividade, o economista do banco Gabriel Couto diz não esperar que os desempenhos do varejo e de serviços se repitam em fevereiro.

"Nossa projeção de crescimento para o ano de 2024 é de 1,5%, pois esperamos uma desaceleração importante para o segundo trimestre de 2024", afirma.

Para Xavier, do ABC Brasil, impulsos positivos do início de 2024 devem se espalhar para o segundo trimestre, que avançaria 0,6% ante o primeiro, projeta. O ritmo de altas trimestrais na segunda metade do ano, por sua vez, deve ficar em torno de 0,7%.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/03/19/dado-do-bc-mantem-visao-otimista-de-analistas-para-economia-no-inicio-do-ano.ghtml>**

# Acesso a dados de aposentadoria

Ter acesso a todas as informações para se aposentar a um clique. Servidores municipais de Sabará vão ser os primeiros no País a usufruir deste serviço. Será inaugurado hoje, às 9h, no Sabaraprev, o totem de autoatendimento previdenciário Dr. Responde. "Será igual ao de estacionamento em que o funcionário vai digitar o CPF e poder consultar o tempo que falta para aposentar, valores, regras", explica o advogado Diego Leonel, consultor jurídico do Instituto Servidor Público Digital e responsável pela criação do totem. Haverá mais informações administrativas e previdenciárias, margens para empréstimos e clube de vantagens. Diego Leonel afirma que decidiu criar o Dr. Responde por conhecer as necessidades dos **servidores públicos**. "Há um gargalo em fornecer, de maneira rápida e eficaz, informações sobre a vida previdenciária. E em contrapartida, o totem traz economia aos cofres públicos das administrações em decorrência desta agilidade", ressalta. Tudo porque, segundo ele, quando a pessoa pede informações sobre sua aposentadoria, a papelada tramita na prefeitura e no Instituto de Previdência.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-19-03-2024/>

# Projeto sobre IR em aplicações sai hoje, diz Haddad

**GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a pasta enviará ainda hoje à Casa Civil um projeto de lei que trata da cobrança de **impostos** sobre aplicações financeiras.

O texto, de acordo com ele, está maduro e foi pactuado com o mercado. Já a proposta de tributação sobre dividendos ainda exigiria mais estudos, mas também deve ser encaminhada neste ano ao Congresso, segundo o ministro.

Ambas as propostas, de acordo com ele, fazem parte do pacote de **reforma tributária** sobre a renda. Ele negou que o governo tenha descumprido o artigo da emenda constitucional promulgada pelo Congresso no ano passado que estabelecia um prazo de 90 dias para que a reforma da renda fosse apresentada, e 180 dias no caso da lei complementar que regulamenta o imposto sobre consumo.

"No final de dezembro nós já estávamos cumprindo a norma constitucional", disse o ministro ao citar medida provisória que previa o fim da política de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia (que já foi revista pelo governo sob pressão do Congresso).

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Ideia de cobrança do Imposto Seletivo sobre alimentos industrializados preocupa o setor

**ISADORA DUARTE**

A possibilidade de os alimentos ultraprocessados serem incluídos no Imposto Seletivo, previsto na **reforma tributária** para produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana, é rechaçada pela indústria. O tributo, apelidado de "imposto do pecado", foi aprovado no novo sistema tributário e será regulamentado por lei complementar nos próximos meses.

Na prática, o mecanismo consiste em uma cobrança superior de taxas para itens como cigarro e bebidas alcoólicas.

"Qualquer reajuste de imposto vai aumentar o preço do produto no supermercado. Imposto Seletivo sobre alimentos é fazer a população pagar mais caro", criticou o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, durante o Seminário Alimentos, organizado pelo Lide e pelo Estadão, no dia 12 deste mês, na capital paulista.

"É constrangedor falar em aumento de imposto sobre alimentos com parte da população em insegurança alimentar.

Cobrar mais dos alimentos para que o brasileiro aprenda a comer é um erro. Taxar o ultraprocessado não vai baratear o alimento in natura." A definição sobre quais produtos serão tributados pelo Imposto Seletivo e quais serão as alíquotas adotadas está em processo de regulamentação.

Entidades ligadas à medicina e a grupos de defesa dos consumidores pedem a inclusão dos ultraprocessados no grupo.

De forma geral, os alimentos estão inclusos no rol de regime especial de tributação, com uma alíquota estimada em 40% da carga padrão.

De acordo com Dornellas, conforme a classificação atual de ultraprocessados, produtos como pão de queijo, pão de forma, molhos prontos e fórmulas infantis estariam sujeitos à tributação seletiva de ultraprocessados.

No Brasil, 19,7% da alimentação dos brasileiros é

composta por alimentos ultraprocessados, revela a pesquisa mais recente de Orçamento Familiar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Hoje, a carga tributária de alimentos industrializados é em média de 24,4% no País, enquanto a média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 7%, segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Os especialistas questionam também a eficácia da tributação majorada sobre alimentos ultraprocessados como política pública de saúde.

Entre os exemplos, a Abia cita o México que aumentou o imposto de 17% para 28% para bebidas açucaradas, ao mesmo tempo que o índice de obesidade e sobrepeso do país passou de 72% para 74,5%. "Vejo um cunho bastante ideológico nesse tipo de política e de taxaço.

Há um foco hoje nas Américas em proibir os ultraprocessados nas políticas públicas dietéticas e de taxaço, mas há vários produtos nutritivos classificados como ultraprocessados", observou o engenheiro de alimentos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Raul Amaral.

**SAÚDE.** Na área da saúde, a proposta dos especialistas como alternativa à tributação majorada de ultraprocessados é o fornecimento de subsídio a alimentos mais saudáveis, como frutas, legumes e verduras, e a promoção de programas de educação nutricional.

"Taxar alimentos não funciona, porque a obesidade tem causas complexas e multifatoriais, o comportamento do consumidor é difícil de mudar, tem efeito de substituição por outro não tributado, a natureza regressiva dos **impostos** vai onerar mais os pobres e sem educação nutricional não adianta tributar alimento", disse a nutricionista e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (Sban) Márcia Terra.

**CLASSIFICAÇÃO.** A classificação dos ultraprocessados também gera controvérsias no setor, que alega que ela não foi construída por cientistas de alimentos.

O termo ultraprocessado foi definido em 2009 pelo professor Carlos Monteiro, do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP) e também professor titular do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. O conceito é baseado no processamento dos alimentos.

A definição atual é utilizada no Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, de 2014.

Pela classificação, os alimentos são divididos em cinco subgrupos: in natura (legumes, frutas), minimamente processados (grãos, farinhas, carnes e leite), ingredientes culinários (óleos, sal e açúcar), processados (pães, sardinha enlatada, queijos) e ultraprocessados (biscoitos recheados, macarrão instantâneo, refrigerantes, chocolate). O guia alimentar preconiza que a população deveria priorizar a alimentação in natura e evitar os ultraprocessados.

Brasil tem exportação recorde de alimentos industrializados

O Brasil exportou no ano passado o recorde de US\$ 62 bilhões em alimentos industrializados, uma alta de 5,2% em valores nominais ante 2022, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

Em volume, os embarques somaram 72,1 milhões de toneladas, 11,4% mais que em 2022, consolidando o País como maior exportador de alimentos industrializados do mundo, ultrapassando os Estados Unidos. |

Setor robusto

R\$ 1,161 tri foi o faturamento da indústria brasileira de alimentos e bebidas em 2023, alta anual de 7,2%

270 milhões de toneladas de alimentos foram produzidas pela indústria em 2023, aumento de 5,1%

10,8% do total do **PIB** nacional vem do setor alimentício

1,97 milhão de empregos diretos são gerados pela indústria alimentícia no País

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Haddad prepara mudanças no IR sobre aplicações financeiras

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que pretende enviar ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um projeto de lei para disciplinar a tributação sobre aplicações financeiras, como parte do pacote de reforma do Imposto de Renda. Uma outra proposta que trata sobre dividendos, contudo, deve ser apresentada apenas mais para frente. Segundo Haddad, ainda este ano.

O ministro disse que a proposta sobre aplicações financeiras já está acertada com o mercado e passará pelo crivo da Casa Civil hoje.

-Vamos encaminhar para a Casa Civil um projeto sobre aplicações financeiras, pactuado com o mercado financeiro, para disciplinar a renda sobre aplicações financeiras. Vamos mandar como projeto de lei. Já bastante amadurecido com o mercado financeiro, para a gente ter uma isonomia em relação às aplicações financeiras.

## DIVIDENDO FICA PARA DEPOIS

O ministro da Fazenda reforçou que não seria viável enviar um único PL para todas as mudanças necessárias no IR, por isso, as propostas serão encaminhadas em projetos diferentes ao longo do ano: - Ao longo dos meses vamos continuar enviando para o Congresso Nacional as leis que se referem à renda e à folha (de pagamentos), não dá para ter uma lei só. É muito complexo e muita coisa para ser disciplinada. Já enviamos um projeto para aumentar a faixa de isenção do IRPF, isso tudo faz parte de uma lógica para ir aperfeiçoando o IR.

Haddad destacou que um projeto de lei para taxação de dividendos será enviado ainda neste ano ao Congresso, mas que ainda são necessários mais estudos. O ministro explicou que o mesmo texto vai trazer as mudanças no Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Física, para evitar tributação duplicada.

- No que diz respeito ao IR de dividendos, isso vai exigir mais estudos, porque não pode ter uma bi-tributação -afirmou.

Haddad afirmou que a regulamentação da **Reforma Tributária** sobre consumo deve ser encaminhada ao Congresso por meio de dois projetos de lei. Antes, o ministério cogitava enviar até quatro projetos, mas

aliados de Haddad entendem que um número menor de propostas vai facilitar a tramitação nas casas legislativas. O número menor de propostas também melhora o diálogo da Fazenda com os relatores designados para cada proposta, podendo, inclusive, ser o mesmo deputado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo planeja mandar ao Congresso projeto sobre IR no mercado financeiro

*Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana De Brasília*

O governo quer enviar ao Congresso Nacional, assim que possível, o projeto de lei que muda o Imposto de Renda (IR) no mercado financeiro. O texto deve chegar hoje à Casa Civil, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Havia a possibilidade de o texto ser apresentado, mas não ficaram prontos os cálculos voltados a demonstrar a neutralidade arrecadatória da proposta - ou seja, que não haverá ganhos nem perdas de receita com as mudanças, apurou o Valor.

Essa proposta é mais um dos capítulos da reforma do Imposto sobre a Renda, que começou no ano passado com as mudanças na taxação para fundos de investimento exclusivo e fundos offshore. Desta vez, a ideia é organizar as regras para incentivar o financiamento das empresas e o acesso ao crédito por meio do mercado de capitais, sem alteração da carga tributária.

Por não alterar alíquotas e tratar de dar mais segurança jurídica e fluidez às transações no mercado financeiro, esse projeto é tido como menos polêmico. Dos capítulos do Imposto de Renda, é o que tem discussão mais amadurecida no governo.

Conforme antecipou o Valor na quinta-feira, o Ministério da Fazenda decidiu adiar o envio das propostas que estabelecerão a cobrança do IR sobre dividendos e reduzirão as alíquotas cobradas de empresas. Tampouco enviará no curto prazo proposta para mudar de forma horizontal o recolhimento de **tributos** sobre a folha salarial.

O conteúdo das propostas que tratam desses pontos e o momento de apresentação ao Congresso Nacional serão decididos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A tendência é que essas propostas sejam enviadas ao Congresso em 2025.

A prioridade do ministro, em 2024, é aprovar as leis complementares e ordinárias que detalharão a **reforma tributária** sobre o consumo. Segundo interlocutores, o ministro acredita que a reforma da renda poderia contaminar a regulamentação da reforma do consumo. Além disso, é ano eleitoral - por isso, o calendário de votação é mais curto.

A emenda constitucional da **reforma tributária** sobre o consumo estabelecia até 90 dias para envio, pelo Executivo, da reforma da renda e da folha de salários, prazo que acaba nesta terça. Porém, na visão de técnicos de governo, esse prazo já teria sido cumprido com a taxação de fundos exclusivos e offshores, além das propostas para alteração das regras da desoneração da folha de pagamento de alguns setores da economia e a regulamentação da contribuição previdenciária de motoristas de aplicativos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187818>

# Como proteger seu patrimônio antes da mudança tributária

**LEONARDO COTTA PEREIRA**

Nos últimos tempos, uma série de mudanças na **legislação tributária** brasileira tem colocado em destaque a importância do planejamento sucessório para proteger o patrimônio familiar.

Uma dessas mudanças é a transição de Estados que anteriormente adotavam alíquotas fixas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para um modelo progressivo.

Isso significa que é hora de agir, pois o prazo para aproveitar as alíquotas fixas está se esgotando.

Nos Estados que possuem alíquotas fixas de ITCMD independentemente do valor da herança ou doação (tais como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, entre outros) serão obrigados, com a **reforma tributária**, a adotar alíquotas progressivas, que variam conforme o montante transmitido, limitadas a 8%, teto para a cobrança do imposto nos termos da Resolução nº 9/1992 do Senado Federal.

Por exemplo, em São Paulo, onde se aplica atualmente a alíquota única de 4%, já há um projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O Projeto de Lei nº 7/2024 (PL 7/24), de autoria do deputado estadual Donato (PT), tem como objetivo substituir a alíquota fixa atual ITCMD para alíquotas variando de 2% a 8%, a depender do valor da herança ou doação.

É claro que se os projetos de lei dos Estados para a implantação dessa mudança forem aprovados e convertidos em lei ainda neste ano, a eficácia das novas alíquotas instituídas deverá observar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, de modo que as alterações propostas entrem em vigor a partir de 2025, e desde que decorrido o prazo de 90 dias contados a partir da data da publicação da lei. Portanto, eventuais transferências de ativos a título de herança ou doação realizadas nesses Estados com alíquotas únicas ainda estarão sujeitas à regra atual, independentemente do valor transmitido.

Após, terão seu custo tributário substancialmente maior para os herdeiros.

Diante dessa situação, é crucial que as famílias ajam

rapidamente para garantir que seus bens sejam protegidos da melhor forma possível. Tais mudanças requerem estudo minucioso promovido por advogados e consultores especializados na área do planejamento sucessório e patrimonial, o que pode levar um certo tempo dependendo da particularidade e da complexidade enfrentada na análise. Logo, é importante que as pessoas ajam antes que as mudanças entrem em vigor.

O planejamento sucessório e patrimonial é a chave para minimizar a carga tributária e garantir uma transição suave aos herdeiros.

Estratégias como a elaboração de testamentos, a utilização de doações e a criação de estruturas societárias podem ajudar a reduzir os impactos fiscais e garantir a preservação do patrimônio familiar.

Portanto, se você ainda não realizou o planejamento sucessório, é hora de agir.

O prazo está se esgotando e é importante garantir que seus bens sejam protegidos da melhor forma possível.

Não deixe para depois, comece a planejar agora mesmo para garantir o futuro de sua família.

Head societário no Marcos Martins Advogados

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-03-18%2022:08:52.pdf>

# Dívidas dos Estados são uma das prioridades

Brasília - Os próximos passos do governo em ações estruturantes e medidas de estímulo à atividade incluem uma revisão das dívidas dos Estados com exigência de contrapartida e um pacote para estimular a concessão de crédito, informou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em apresentação feita em reunião no Palácio do Planalto.

Na reunião ministerial comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ontem, Haddad também mencionou medidas administrativas a serem tomadas, como um programa para estimular a produção de ônibus elétricos no Brasil, iniciativa sobre processamento nacional de minerais estratégicos e compras públicas com conteúdo nacional.

O arquivo com a lista de prioridades apresentada por Haddad foi divulgada pelo Ministério da Fazenda. A fala de Haddad na reunião não foi transmitida. O plano para a agenda econômica em 2024 ainda cita, sem dar detalhes, um programa para "valorização do trabalhador" que inclui crédito consignado vinculado ao E-Social e um novo programa de alimentação do trabalhador.

No pacote de crédito, Haddad prevê uma espécie de programa Desenrola para renegociação de dívidas de pequenas empresas e microcrédito para inscritos no cadastro de programas sociais, além de mencionar um instrumento de securitização de crédito imobiliário.

Em entrevista a jornalistas após reunião ministerial, Haddad disse que o envio ao Congresso dos projetos de lei para regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo depende de conversas com representantes dos Estados e municípios, defendendo que o texto chegue ao Congresso já "alinhado".

"Não queremos ter ruído com os prefeitos e governadores, então nós vamos acertando com eles. A pretensão é que chegue ao Congresso bem adiantada a questão do pacto federativo, isso vai facilitar a vida tanto dos deputados como dos senadores", afirmou.

O ministro afirmou ainda que ele e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) estão conversando e "nos entendendo", destacando o avanço na indicação de relatores para a tramitação de projetos de interesse do governo. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-19-03-2024/>

# PL trata de impostos sobre aplicações

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta enviaria ainda ontem à Casa Civil um projeto de lei que trata da cobrança de **impostos** sobre aplicações financeiras. O texto, de acordo com ele, está maduro e foi pactuado com o mercado. Já a proposta de tributação sobre dividendos ainda exigiria mais estudos, mas também deve ser encaminhada neste ano ao Congresso, segundo o ministro.

As propostas, de acordo com ele, fazem parte do pacote de **reforma tributária** sobre a renda. Ele negou que o governo tenha descumprido o artigo da emenda constitucional promulgada pelo Congresso no ano passado que estabelecia um prazo de 90 dias para que a reforma da renda fosse apresentada, e 180 dias no caso da lei complementar que regulamenta o imposto sobre consumo.

"No final de dezembro nós já estávamos cumprindo a norma constitucional", disse ao citar medida provisória que previa o fim da política de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia (revista pelo governo sob pressão do Congresso).

**Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-f698ead8e0dc802c92e3949ed0b3436a.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-f698ead8e0dc802c92e3949ed0b3436a.pdf)**

# Regulamentação da reforma tributária deve ser concluída até o fim do mês, diz Haddad

Brasília

/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Hellen Leite, do R7, em Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou nesta segunda-feira (18) que a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo deverá ter o texto concluído até o final de março pela equipe do Ministério da Fazenda. Em seguida, o documento será encaminhado à Casa Civil para a avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ministro disse que a regulamentação está "indo muito bem" e minimizou as cobranças dos prazos para o envio do texto ao Congresso, afirmando que uma discussão rápida poderia comprometer a aprovação pelo Legislativo.

"Vale a pena que governadores e prefeitos estejam sintonizados conosco para que a coisa chegue no Congresso bastante amadurecida. Aí nós vamos dar a tranquilidade a deputados e senadores para poder, quem sabe, aprovar regulamentação esse ano", afirmou em conversa com jornalistas.

O ministro informou que está agendada uma audiência com o presidente Lula para apresentar os parâmetros que orientam a regulamentação. Existem questões a serem discutidas pelo governo em áreas como alimentos, saúde e meio ambiente, e esses setores terão que se manifestar sobre o assunto.

"Não é um projeto da Fazenda, é um projeto do Governo, embora a Fazenda esteja fazendo esse trabalho com o governo. Mas eu prefiro mandar uma coisa amadurecida para o Congresso. O que a gente quer é o texto aprovado, não adianta só chegar na Câmara", completou Haddad.

A discussão da **reforma tributária** sobre o consumo se arrastou por três décadas no Congresso. A matéria foi discutida no ano passado e promulgada em 20 de dezembro.

Em linhas gerais, a **reforma tributária** substitui cinco **tributos** por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios. Eles substituirão PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

A reforma cria ainda o Imposto Seletivo, que vai servir para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; mantém a carga tributária total sobre o consumo, e adota alíquota zero ou reduzida para determinados bens e serviços (cesta básica, insumos e produção rurais, medicamentos, produtos de higiene e limpeza, serviços de educação, transporte, atividades culturais e desportivas e outros).

Inicialmente, havia a expectativa de que o governo enviaria a segunda parte da **reforma tributária**, que trata sobre a renda, ainda em março. Isso porque a emenda Constitucional da **reforma tributária** estipulou um prazo de 90 dias para o governo apresentar a proposta de reforma sobre a renda.

Questionado sobre esse assunto, Haddad declarou que não vai "sobrepôr as matérias" e que o governo não está descumprindo o prazo constitucional. Segundo o ministro, desde o ano passado, o governo tem enviado propostas para regulamentar os **impostos** sobre a renda. Ele citou como exemplo a Medida Provisória editada no final do ano passado, que encerra a política de desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e o projeto de lei que aumenta a faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física).

O ministro explicou que, por ser uma reforma abrangente, a proposta de reforma da renda deve ser tratada em diferentes projetos separados.

Uma outra parte sensível da **reforma tributária** sobre a renda tem a ver com a tributação de dividendos. Ao comentar esse ponto, Haddad disse que é "necessário mais estudo" para evitar a chamada "bitributação", que

é quando uma mesma renda ou transação é tributada duas vezes.

"Não podemos tributar a (pessoa) jurídica e a (pessoa) física somando as alíquotas. O nosso compromisso sempre foi de manter a carga tributária estável. E esse compromisso continua sendo mantido. Lembrando que qualquer incremento de imposto sobre renda ou patrimônio vai ser usado para diminuir a alíquota do imposto sobre consumo, de maneira que a tributação geral do Brasil permaneça constante, mas mais justa", afirmou.

Haddad também disse que o ministério estuda um projeto de lei para mudar as regras de cobrança do IR sobre as aplicações financeiras. O texto foi acordado com o mercado financeiro e deve ser encaminhado à Casa Civil nesta terça-feira (19).

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

**Site: <https://noticias.r7.com/brasil/regulamentacao-reforma-tributaria-consumo-haddad-18032024>**

# Agenda de Haddad para reduzir custo de capital avança no Congresso

**Mariana Londres** *Colunista do UOL 19/03/2024 00h04*

Avança sem muito alarde no Congresso Nacional uma das principais apostas do governo para a economia em 2024: a agenda microeconômica. O objetivo da Fazenda com os oito projetos que estão em tramitação é diminuir o custo do dinheiro. As regras propostas têm o potencial de reduzir o custo da inadimplência, e com isso, aumentar a oferta de recursos para o crédito.

A outra grande aposta da Fazenda é a regulamentação da **reforma tributária**. Os textos estão sendo debatidos e "amarrados" antes do envio ao Congresso, e esse debate está levando tempo. Enquanto isso, a aprovação da agenda microeconômica deve ganhar tração.

Dois dos projetos da agenda para reduzir o custo do capital já devem ser aprovados na Câmara dos Deputados nesta semana ou nas próximas: o do regime legal dos juros e o das falências. Depois seguem para o Senado (veja lista com detalhamento abaixo).

Os oito projetos (alguns de autoria do Executivo, outros que já tramitavam no Congresso) aperfeiçoam a legislação no mercado financeiro e devem trazer mais segurança jurídica em processos de falência, na liquidação extrajudicial, no ressarcimento a investidores quando há fraude contábil, na área de seguros, entre outros.

Por que o foco está nessa agenda?

Por ser uma agenda de aprimoramento, ela não gera grande resistência. Há interesse dos setores em melhorar a legislação. Além disso, por ser uma pauta positiva, desperta interesse dos aliados do governo em relatar os projetos, o que ajuda no ambiente e nas costuras políticas.

Outro ponto é que se trata de uma medida que corre paralela à decisão sobre a taxa básica de juros pelo Copom. Ou seja, as medidas podem ajudar na redução do custo do capital, mesmo que a Selic se mantenha próxima ao patamar atual.

Quais são as chances de aprovação?

São altas, por haver interesse do governo, dos aliados e poucas resistências. Sempre há resistências e riscos na tramitação de projetos, mas há avanços nessa pauta.

Quais são os projetos?

## 1. Regime Legal de Juros (PL 6.233/23)

Proposta: Uniformiza a aplicação de juros em contratos de dívida em que a taxa não for convencionalizada e na responsabilidade civil extracontratual.

Situação atual: o relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) apresentou o parecer no último sábado (16). Deve ser votado na Câmara até o dia 20/03 pois tranca a pauta.

## 2. Falências (PL 3/24)

Proposta: Amplia a participação dos credores no processo falimentar. Facilita a venda de bens.

Situação atual: Deve ser votado na Câmara até o dia 20/03 pois tranca a pauta. Em 05/03 foi designada relatora a deputada Dani Cunha (UNIAO-RJ).

## 3. Resolução Bancária (PLP 281/19)

Proposta: Aperfeiçoa a liquidação extrajudicial.

Situação atual: Aguarda comissão especial na Câmara.

## 4. Ressarcimento a Investidores (PL 2.925/23).

Proposta: Disciplina responsabilidade civil por fraudes contábeis. Ajuda os minoritários (atrai investidores).

Situação atual: Apresentado requerimento de urgência em 13/03 pelo líder do MDB na Câmara, deputado Isnaldo Bulhões.

## 5. Infraestruturas do Mercado Financeiro (PL 2.926/23)

Proposta: Aprimoramento das regras de compensação financeira.

Situação atual: Aguarda despacho do presidente da

Câmara.

6. Cooperativas de Seguros (PLP 101/23 - APENSADO AO PLP 519/18)

Proposta: Amplia a participação de cooperativas no mercado de seguros.

Situação atual: Apensado e enviado a comissão permanente da Câmara.

7. Contratos de Seguro (PLC 29/17)

Proposta: Marco legal dos seguros .

Situação atual: Pedido de vista em 13/03 na CCJ do Senado para análise sobre as emendas.

8. Execução Extrajudicial (PL 6.204/19)

Proposta: Agiliza a execução extrajudicial.

Situação atual: Aguardando relator no Senado.

Outros três projetos, que são da agenda da Fazenda, mas não do pacote de crédito, podem ser aprovados ainda nesta semana pela Câmara:

1. Depreciação acelerada (PL 2/2024)

Proposta: Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

Situação atual: Em 12/03 o deputado Márcio Honaiser ( PDT-MA ) foi designado relator. Deve ser votado na Câmara até o dia 20/03 pois tranca a pauta.

2. Contra o devedor contumaz (PL 15/2024)

Proposta: Institui programas de conformidade tributária e **aduaneira** na Receita e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

Situação atual: Deve ser votado na Câmara até o dia 20/03 pois tranca a pauta, ou pode ser retirada a urgência se não houver avanço no mérito.

3. Programa de Aceleração da Transição Energética/ Paten (PL 327/21)

Proposta: Uma espécie de PAC "verde", com a implementação de um fundo administrado pelo BNDES e de uma modalidade de transação tributária condicionada ao investimento em propostas ligadas à

transição energética.

Situação atual: chegou a ter o debate iniciado no plenário, mas sem votação.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2024/03/19/agenda-de-haddad-para-reduzir-custo-de-capital-avanca-no-congresso.htm>

# Tributação de dividendos será mais estudada, diz Haddad

**Jéssica Sant"Ana De Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nessa segunda-feira que a proposta de tributação dos dividendos vai exigir "mais estudos" para não haver risco de bitributação nas pessoas física e jurídica. Há a intenção de enviar o texto ainda este ano, mas ele não cravou data e ressaltou que as regras vão respeitar o princípio da anualidade.

"Nós não podemos tributar a [pessoa] jurídica e a física somando as alíquotas, porque não vai funcionar. Nosso compromisso sempre foi o de manter a carga tributária estável", disse Haddad a jornalistas ao deixar o prédio da Fazenda, em Brasília.

Ainda segundo Haddad, qualquer incremento de imposto sobre renda ou patrimônio vai ser usado para diminuir a alíquota dos **tributos** sobre consumo. "De maneira que a tributação geral do Brasil permaneça constante, mas mais justa", pontuou.

Haddad explicou que a Fazenda decidiu priorizar neste momento a regulamentação da reforma sobre o consumo. O Valor apurou que os trabalhos nessa área entram nesta semana na reta final, com reuniões presenciais da Comissão de Sistematização (Cosist) do programa criado pelo Ministério da Fazenda para tratar do tema.

Segundo fontes, a grande maioria dos 19 grupos técnicos temáticos criados para subsidiar a elaboração dos anteprojetos de leis já concluiu os seus trabalhos. Alguns poucos ainda estão fechando suas contribuições, mas devem terminar em breve, a tempo de serem analisados esta semana pela Cosist.

Os integrantes da Cosist e alguns assessores técnicos por eles designados, assim como os coordenadores dos 19 GTs, estão participando do trabalho nesta reta final. As reuniões são à tarde, presencialmente em Brasília, numa espécie de "força-tarefa" entre Fazenda, Estados, municípios, PGFN e AGU.

O objetivo é analisar e deliberar sobre todo o conteúdo produzido no âmbito do programa, para produzir a versão final dos anteprojetos de lei a serem entregues ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os textos passarão ainda pela Casa Civil e por

ministérios setoriais até serem enviados ao Congresso Nacional.

Haddad avaliou que os trabalhos estão "indo muito bem" e disse que os textos da regulamentação devem ser fechados até o fim do mês pela Cosist.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1>

# Prévia do PIB: IBC avança 0,6% em janeiro, aponta Banco Central

A atividade econômica do Brasil iniciou 2024 com crescimento bem acima do esperado em janeiro, mostraram dados do Banco Central (BC) divulgados nessa segunda-feira (18), reforçando a visão de que a economia passa por um momento favorável, mesmo que tenha desacelerado em relação ao final do ano passado.

O índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado um sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou avanço de 0,60% no primeiro mês do ano, de acordo com dado dessazonalizado.

O resultado ficou bem acima da expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,26% e marcou o quinto mês seguido no azul. No entanto, mostrou desaceleração em relação à alta de 0,82% de dezembro, em dado não revisado pelo BC.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 3,45%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,47%, de acordo com números observados.

Em janeiro, dados do IBGE mostraram que os destaques foram os setores de varejo e serviços. As vendas varejistas registraram o maior aumento no volume de vendas em um ano, de 2,5%, enquanto os serviços cresceram pelo terceiro mês seguido, a uma taxa de 0,7% na comparação mensal.

Esses resultados compensaram a maior queda da produção industrial em quase três anos, de 1,6% em janeiro sobre o mês anterior.

## Cenário

A economia brasileira vem passando por um bom momento beneficiada pelo mercado de trabalho apertado, massa salarial crescente e **inflação** controlada. De acordo com especialistas, esse cenário tende a se manter ao menos até meados do ano, quando a economia deve entrar em ritmo de acomodação.

O ano também deve ser marcado pelos efeitos da política de corte de juros do Banco Central, que deve favorecer o crescimento depois que a taxa básica Selic saiu do pico de 13,75% para os atuais 11,25%.

Na semana passada, fontes disseram à Reuters que o Ministério da Fazenda vai manter sua projeção de alta do **PIB** de 2024 em 2,2%, prevendo também um rebalanceamento entre os setores que puxarão o crescimento da economia neste ano.

O IBC-Br é construído com base em proxies representativas dos índices de volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além do índice de volume dos **impostos** sobre a produção.

EM JANEIRO DESTA ANO, DADOS DO IBGE MOSTRARAM QUE OS DESTAQUES FORAM OS SETORES DE VAREJO E SERVIÇOS

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132881#page/1>

# À espera da "Superquarta", dólar fica acima de R\$ 5 pela primeira vez em quatro meses

São Paulo - O dólar avançou ontem e fechou acima dos R\$ 5 pela primeira vez em cerca de quatro meses e meio, reflexo da maior cautela dos mercados antes da "Superquarta" de decisões de política monetária. A moeda norte-americana com vista avançou 0,54%, a R\$ 5,0254 na venda. Foi a primeira vez que o dólar encerra um pregão acima da marca psicológica de R\$ 5 desde 31 de outubro de 2023, quando ficou em R\$ 5,0405.

Os operadores disseram que esse movimento acompanhou o avanço dos rendimentos dos títulos do governo norte-americano. Nesta tarde, o rendimento do Tesouro de dez anos, referência global para decisões de investimento, subiu três pontos base, para 4,334%. "A semana é marcada pela cautela, com os investidores aguardando as decisões dos bancos centrais e monitorando os indicadores econômicos... a **inflação** nos Estados Unidos segue em alta, alimentando o recebimento de que o Fed possa manter os juros em níveis elevados por mais tempo", disse o chefe de câmbio para Norte e Nordeste da B T Câmbio, Diego Costa.

O encontro de política monetária do Federal Reserve (Fed), espécie de banco central dos Estados Unidos, será encerrado na quarta-feira, quando o banco central deverá manter os juros, de acordo com a otimização de mercado. Os investidores ficarão atentos ao acompanhamento das autoridades do Fed sobre seus próximos passos, no momento em que os agentes financeiros têm reembolsado o momento de um primeiro corte na taxa básica norte-americana.

Os operadores adiaram as apostas sobre quando o Fed vai cortar os custos dos empréstimos principalmente depois que os dados de **inflação** ao produtor e ao consumidor dos Estados Unidos surpreenderam para cima neste mês, o que deu impulso generalizado ao dólar.

No Brasil, o Banco Central (BC) também terminará seu encontro de política monetária na quarta-feira, com ampla expectativa de novo corte de 0,50 ponto percentual da Selic, a 10,75%, mas com dúvidas sobre se a autarquia manterá a orientação de manutenção desse ritmo de afrouxamento nas "próximas reuniões", mostrou pesquisa da Reuters com economistas.

"Olhando apenas a **inflação**, há espaço para o Copom

seguir baixando os juros. No entanto, pode ser que os membros do Comitê resolvam adotar uma postura mais cautelosa devido à atividade econômica. Na prática, quer dizer que o **comunicado** e a ata podem retirar o plural ao falar dos próximos movimentos para os juros", disse a Levante Investimentos em relatório a clientes.

Mais cedo, dados do Banco Central demonstraram que a atividade econômica iniciou 2024 com crescimento bem acima do esperado em janeiro, reforçando a visão de que a economia passa por um momento favorável mesmo que tenha desacelerado em relação ao final do ano passado. (Reuters)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-19-03-2024/>

# Economia aquecida traz dúvida sobre ritmo de queda de juros

**THAÍS BARCELLOS E CÍCERO COTRIM**

Com um novo corte de 0,50 ponto percentual da Selic dado como certo na reunião que começa hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, parte do mercado passou a avaliar se o BC vai manter no "piloto automático" o ritmo atual de corte da taxa básica de juros nas próximas reuniões.

A revisão de expectativas reflete um cenário de atividade econômica mais forte do que a esperada neste início de ano, com possíveis impactos na **inflação**.

Ontem, o BC divulgou o resultado do seu IBC-Br de janeiro.

Lido como uma "prévia" do **PIB** (que é calculado pelo IBGE), o índice avançou 0,6%, o que levou alguns bancos a falar em revisão de estimativa para o **PIB** (mais informações na pág. B5).

A maioria dos economistas ainda vê espaço para que o Copom mantenha no **comunicado** que vai divulgar amanhã, ao fim da sua reunião, a sinalização (ou "forward guidance") de que haverá redução da Selic "de mesma magnitude nas próximas reuniões" - no plural. Mas um conjunto crescente de analistas já considera uma flexão da frase para o singular diante dos dados sobre a atividade econômica.

Nesse caso, de junho em diante o ajuste monetário provavelmente seria mais lento, de 0,25 ponto percentual.

Conforme pesquisa do Projeções Broadcast, todas as 55 instituições consultadas esperam o quinto corte seguido de 0,50 ponto da Selic nesta reunião do Copom, de 11,25% para 10,75% ao ano. Além disso, 80% das casas (44) ainda aguardam mais duas quedas do mesmo tamanho nos encontros de maio e junho. Outras 11 preveem alteração no ritmo de cortes na reunião de junho: dez (18%) para 0,25 ponto e apenas uma para 0,75 ponto.

"Ele (o BC) entra o ano de 2024 com uma economia, pelo lado da demanda, muito mais forte do que se esperava", afirma o economista-chefe da G5 Partners, Luís Otávio de Souza Leal. "Isso só reforça o cenário de que ele vai tirar o plural do "forward guidance". É

importante, num momento em que há várias dúvidas com relação à **inflação** e à atividade mais forte, você ter graus de liberdade." Ele diz que as surpresas de janeiro só vão indicar um cenário de atividade mais forte se forem seguidas por resultados melhores também em fevereiro.

Mas pondera que o aumento da incerteza sobre o timing de redução dos juros nos EUA também recomenda mais cautela na condução da política monetária doméstica, especialmente em um momento no qual a taxa Selic já caiu 2,5 pontos percentuais desde o início do atual ciclo de cortes.

"Superquarta"

Tanto o Copom quanto o Fed (o BC americano) anunciam amanhã novas taxas de juros

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dólar fecha acima de R\$ 5 pela primeira vez desde outubro

**ANTONIO PEREZ COLABOROU CÍCERO COTRIM**

O dólar superou ontem a marca de R\$ 5 e fechou em R\$ 5,0259, o maior valor em quase cinco meses (desde 31 de outubro do ano passado), em meio a dúvidas quanto à trajetória de cortes de juros nos Estados Unidos. A alta no dia foi de 0,56%, apesar da valorização de cotações das commodities - que tendem a impulsionar as divisas e países exportadores de matérias-primas.

O movimento de arrancada do dólar - que foi global, e atingiu outras moedas - reflete a avaliação de que dificilmente o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vai começar a cortar os juros a partir de junho, como o mercado previa antes. O pano de fundo é a resiliência da atividade econômica e da **inflação** nos EUA. As taxas variam hoje entre 5,25% e 5,50% ao ano. A exemplo do BC brasileiro, o Fed anuncia amanhã sua decisão - no que o mercado chama de "Superquarta".

"O mercado está cada vez mais pessimista com a possibilidade de o Fed iniciar o corte de juros neste semestre", afirma o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni, para quem a autoridade monetária americana pode empurrar o início de redução da taxa básica para o segundo semestre.

No início dos negócios, o dólar até chegou a recuar em relação ao real, em meio à valorização das commodities. A maré virou com a alta dos juros dos Treasuries (títulos do Tesouro dos EUA) à tarde. A divisa passou a acumular alta de 1,06% em março. No ano, os ganhos são de 3,56%. A liquidez foi forte para uma abertura de semana.

BOLSA. Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores, fechou em alta de 0,17%, aos 126,9 mil pontos, com os investidores à espera do anúncio dos juros aqui no Brasil e nos EUA. O principal impulso positivo para o Ibovespa veio da valorização de 0,94% do minério de ferro na Bolsa de Dalian, na China, para US\$ 111,58 por tonelada - a primeira alta desde o dia 7. O aumento da commodity impulsionou não apenas Vale (1,91%), a ação com maior peso no índice, como também outras mineradoras e siderúrgicas, como Gerdau (3,13%) e CSN (2,95%).

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Área técnica do TCU vê infração em limite de bloqueio no Orçamento

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) avalia que a proposta do governo Lula de estabelecer um limite para o contingenciamento (bloqueio preventivo) de despesas no Orçamento de 2024 pode configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à lei de crimes contra as finanças públicas.

O parecer é resposta à consulta feita pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) à Corte de contas no final de janeiro. A pasta questionou formalmente se o dispositivo incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que estabelece um valor máximo de contingenciamento de R\$ 25,9 bilhões em despesas, poderia ferir as regras fiscais.

O documento desconsidera a validade dessa limitação. O texto, no entanto, ainda será analisado pelo relator, o ministro Jhonatan de Jesus, e pelos demais ministros do TCU. "Caberá ao relator, ministro Jhonatan de Jesus, decidir soberanamente os próximos passos e, finda a instrução, submeter no momento que julgar oportuno sua convicção ao Plenário de ministros, que é o único que tem competência constitucional para decidir a questão", afirmou ao Estadão o presidente do TCU, Bruno Dantas.

A avaliação da área técnica vai na contramão da interpretação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o dispositivo incluído na LDO limita o governo a um contingenciamento menor, mesmo em caso de frustração de receitas para o cumprimento da meta.

O ministro vem sendo pressionado pela ala política do governo a alterar a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, diante das preocupações do presidente Lula com os investimentos públicos.

Em um cenário de receitas abaixo do desejável ou de despesas em alta, o governo teria de contingenciar gastos para atingir a meta.

A Consultoria de Orçamento da Câmara avalia que o governo teria de fazer um contingenciamento de R\$ 41 bilhões em despesas, uma vez que há gastos subestimadas com Previdência no Orçamento deste

ano.

Ainda assim, o governo vem dando sinais de que pretende adiar essa decisão, com o argumento de que há indefinições no radar, como a entrada de receitas extras com outorgas de concessões e a resposta de arrecadação mais forte diante das medidas aprovadas no ano passado na Câmara. A possibilidade de um bloqueio menor de despesas deu fôlego extra à meta de Haddad.

**DIVERGÊNCIA.** A controvérsia em torno do contingenciamento está na interpretação da lei que criou o arcabouço fiscal. A lei fixou um gasto mínimo obrigatório, o da expansão real (acima da **inflação**) da despesa em 0,6% por ano - o que imporá um teto de R\$ 25,9 bilhões ao contingenciamento.

Uma outra regra do arcabouço, porém, limita o bloqueio a 25% das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos), o que resultaria num montante maior passível de bloqueio, da ordem de 56 bilhões.

A LDO, por sua vez, privilegia a primeira interpretação.

Segundo o parecer da área técnica do TCU, ao qual Estadão teve acesso, o dispositivo incluído na LDO esvazia o comando do contingenciamento dado pela LRF. "(...) nos casos em que a aplicação desse dispositivo seja impeditiva para um contingenciamento em montante suficiente que garanta o alcance das metas de resultado fiscal do exercício, ocorre um esvaziamento do poder cogente do dispositivo da lei fiscal", diz o texto.

"Conclui-se assim que interpretação acerca do inciso II do § 18 do art. 71, da LDO 2024 que restrinja ou, no limite, elimine por completo a eficácia do disposto no art. 9º da LRF, abala a harmonia do sistema normativo que rege as finanças públicas e não é a melhor solução para o caso", diz o documento.

O parecer foi finalizado na última sexta-feira, 15 - uma semana antes de a equipe econômica apresentar o primeiro relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas deste ano.

Procurado, o Ministério do Planejamento afirmou que não vai comentar. A Fazenda não se manifestou.

Consulta Questionamento foi feito em janeiro pelo  
Ministério do Planejamento e Orçamento

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Prévia" do PIB do BC cresce 0,6% em janeiro

**ELIANE OLIVEIRA** [eliane@bsb.oglobo.com.br](mailto:eliane@bsb.oglobo.com.br)  
BRASILIA

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC), considerado como uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), subiu 0,6% em janeiro deste ano em comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados pelo BC ontem, com ajuste sazonal.

Esse foi o quinto mês consecutivo de crescimento do nível de atividade nesse indicador. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o IBC-Br teve alta de 3,45%, enquanto no acumulado em 12 meses registrou um aumento de 2,47%.

Camila Abdelmalack, economista da Veedha Investimentos, avalia que o IBC-Br de janeiro favorece a expectativa de crescimento esperada para o primeiro trimestre deste ano. A alta de 0,6% em relação a dezembro, a seu ver, consolida a trajetória de um desempenho positivo de indicadores importantes, divulgados na semana passada, como a abertura de 180.395 vagas formais de trabalho em janeiro; o aumento de 2,5% das vendas no varejo; e a expansão de 0,7% dos serviços.

- Os economistas vêm ressaltando a performance sólida do consumo no Brasil, por conta da resiliência no mercado de trabalho, do incremento na renda real disponível para famílias e o movimento de queda de juros -afirmou Abdelmalack.

## REVISÃO PARA CIMA

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, o resultado do indicador do Banco Central surpreendeu: - O dado do IBC-Br surpreendeu, acelerou mais do que se esperava. Quando há um erro de projeção e o ritmo de atividade vem mais forte é sempre bom - disse Agostini. O economista afirmou que, com as melhoras observadas em vários segmentos da economia, como a indústria automobilística e o comércio varejista, dentro de um movimento de queda dos juros, decidiu rever para cima sua estimativa de crescimento do **PIB** no primeiro trimestre desde ano frente ao quarto trimestre de 2023: a projeção passou de uma alta de 0,3% para 0,7%.

Ele avalia que há mais clareza e definição sobre a política monetária na Europa e nos Estados Unidos. Porém, afirma que no cenário internacional permanecem incertezas em relação aos preços das commodities, por causa das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

Internamente, Agostini destacou que o mercado espera uma manifestação do governo sobre a meta fiscal de 2024. Segundo ele, poderá ser uma nova meta, ou o reforço da atual, que é zero, com R\$ 28 bilhões de tolerância para mais ou para menos.

## ENDIVIDAMENTO ALTO

Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs, diz que a atividade econômica deve continuar a se beneficiar dos estímulos fiscais, como as transferências sociais, o aumento do salário mínimo, a queda dos juros e de mais renda nas famílias. Mas alerta, em relatório, que há obstáculos: "Condições monetárias internas ainda restritivas, níveis ainda elevados de endividamento das famílias" vão mitigar esses estímulos fiscais, afirma o economista.

Hoje e amanhã, o Comitê de Política Monetária (COPOM) vai se reunir e decidir qual o novo patamar da taxa básica de juros, a Selic. A taxa saiu de um patamar de 13,75% ao ano em agosto para 11,25%, e a expectativa é que o juro cairá para 10,75%. Há um consenso no mercado de que a Selic chegará a 9% até o fim de 2024.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# TCU: bloqueio menor de gasto, como quer governo, é infração

*(Eliane Oliveira)*

O contingenciamento de gastos no valor de até R\$ 25,9 bilhões, caso faltem receitas para o cumprimento da meta de déficit zero este ano estabelecida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser considerada uma infração.

É o que diz parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU). O texto ainda será submetido ao ministro relator do caso, Jhonatan de Jesus, cujo parecer final será votado pelo plenário do TCU.

A posição da área técnica do Tribunal é uma resposta a uma consulta, feita em janeiro deste ano pelo governo federal, sobre a possibilidade de um bloqueio menor no Orçamento, em um cenário de frustração no ingresso de recursos para o equilíbrio das contas públicas. O objetivo era saber se a medida poderia gerar punição aos gestores responsáveis pela ação.

Na avaliação da área econômica do governo, seria possível fazer um contingenciamento menor, de até R\$ 25,9 bilhões. Porém, esse valor é inferior aos R\$ 53 bilhões previstos no novo arcabouço fiscal - que autoriza a contenção de até 25% dos gastos não obrigatórios para cumprir a meta fiscal.

## CONTRA A LRF

No documento, os técnicos do TCU alertam que a imposição de um contingenciamento menor do que o necessário para compensar a perda de arrecadação pode resultar no descumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal; da 10.028/ 2000, que dispõe sobre crimes contra as finanças públicas; e a 1.079, que trata de crimes contra a Lei Orçamentária.

O novo arcabouço fiscal permite o bloqueio de até 25% das despesas não obrigatórias (discricionárias) para cumprir a meta fiscal. Já a LDO diz que não poderão ser contingenciados recursos para manter a expansão de gastos mínima prevista no arcabouço, que é de 0,6% acima da inflação.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## IGP-10 desacelera em março

O recuo de 8,57% nas passagens aéreas deu a maior contribuição para arrefecer a **inflação** ao consumidor medida pelo Índice Geral de Preços -10 (IGP-10) de março, informou nesta segunda-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV). O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10) desacelerou de uma elevação 0,62% em fevereiro para 0,48% neste mês. Três das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais baixas de fevereiro para março: Educação, Leitura e Recreação (de 1,23% para -1,49%), Alimentação (de 1,37% para 0,88%) e Despesas Diversas (de 1,80% para 1,38%). Houve influência dos itens cursos formais (de 3,99% para 0,00%), hortaliças e legumes (de 8,65% para 2,24%) e serviços bancários (de 2,86% para 2,30%). Na direção oposta, as taxas foram mais altas nos grupos Transportes (de 0,14% para 0,87%), Habitação (de 0,13% para 0,55%), Vestuário (de -0,20% para 0,08%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,41% para 0,47%) e Comunicação (de 0,29% para 0,31%). Os destaques partiram dos itens gasolina (de 0,19% para 2,69%), aluguel residencial (de -0,53% para 3,78%), roupas (de -0,36% para 0,13%), medicamentos em geral (de -0,07% para 0,14%) e mensalidade para TV por assinatura (de 0,30% para 1,28%).

IPC-S O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da Fundação Getulio Vargas (FGV) arrefeceu de 0,56% para 0,38% na passagem da primeira para a segunda quadrissemana de março. Com o resultado, o índice acumula alta de 3,21% em 12 meses, ante 3,40% na leitura anterior. Nesta apuração, sete dos oito grupos que compõem o IPC-S registraram desaceleração: Alimentação (1,07% para 0,82%); Educação, Leitura e Recreação (-1,34% para -1,68%); Transportes (1,00% para 0,77%); Despesas Diversas (1,39% para 0,87%); Habitação (0,57% para 0,49%); Comunicação (0,37% para 0,09%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,46% para 0,42%). O movimento desses grupos foi puxado, respectivamente, pelos itens hortaliças e legumes (4,58% para 1,17%); passagem aérea (-7,71% para -9,40%); gasolina (2,91% para 2,00%); serviços bancários (2,30% para 1,45%); aluguel residencial (3,98% para 3,52%); mensalidade para TV por assinatura (1,40% para 0,77%) e medicamentos em geral (0,24% para 0,07%). Houve, por outro lado, aceleração do grupo Vestuário (0,17% para 0,22%), puxado por calçados infantis (-1,03% para 0,60%)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

# Liberação do FGTS para 144 mil

**Kariny Baldan**

O Ministério do Trabalho e Emprego está se movimentando para liberar valores depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para desempregados que não conseguiram retirar seus saldos devido a restrições da opção **saque-aniversário**. No Espírito Santo, 144 mil pessoas seriam beneficiadas.

Esse número é uma estimativa de especialistas locais considerando que, em todo o País, segundo dados do Ministério do Trabalho, 7,2 milhões de brasileiros estão nessa situação. O total a ser retirado chega a R\$ 22 bilhões, segundo o governo. O trabalhador que opta pelo **saque-aniversário** pode tirar anualmente parte do saldo de sua conta no mês de seu aniversário. No caso de demissão, pode apenas sacar o valor da multa rescisória. Devido a essa regra, há pessoas que foram demitidas sem justa-cause e que tem valores bloqueados em conta.

Ao acabar com o **Saque-Aniversário**, o ministro do Trabalho e

Emprego, Luiz Marinho, pretende liberar o resgate do saldo integral.

Eduardo Araújo, conselheiro no Conselho Federal de Economia e Consultor do Tesouro Estadual, esclarece que o Governo crê que o **saque-aniversário** desincentiva a poupança de longo prazo, "pois os trabalhadores tendem a gastar o dinheiro rapidamente".

Para Araújo, ao acabar com o saque, a expectativa é que os trabalhadores utilizem o **FGTS** como um instrumento de investimento para o futuro. Ele considera que esta seria uma medida prejudicial.

"Retira a liberdade do consumidor de usar seu próprio dinheiro; a ideia de estimular o uso do crédito consignado como alternativa é extremamente perigosa, pois pode levar ao endividamento excessivo; por fim, a queda na taxa de juros anunciada é insignificante e não justifica o risco de endividamento."

Por outro lado, a medida é vista como uma forma de resgatar o propósito do **FGTS**, já que o **saque-aniversário** por vezes acaba sendo utilizado com gastos evitáveis, pondera o economista Ricardo Paixão "O **FGTS** é recurso do trabalhador, construído para aquele momento em que ele está mais

vulnerável, que é quando perde o emprego ou em tragédia."

Assim, Paixão considera que o impacto da mudança deverá ser positivo, desde que os critérios para liberação sejam bem definidos.

**APLICATIVO FGTS:** quem fez **saque-aniversário** fica impedido de retirar dinheiro se for demitido em menos de 2 anos

Saque preocupa as construtoras

Com liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, especialistas pontuam que os trabalhadores acabam utilizando os valores resgatados com finalidades diversas e alheias ao propósito principal pelo que foi criado, que seria suporte diante o desemprego ou a tragédias, bem como a utilização dos valores da

conta para aquisição de imóveis.

O diretor do Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon-ES) Joacyr Meriguetti afirma que "todo saque que é feito do **FGTS** diminui o funding para a casa própria".

Douglas Vaz, presidente do Sinduscon, acrescenta que quando o fundo é utilizado para outra finalidade, é um risco até para o próprio

trabalhador. "Dentro da construção, é investimento em que o uso do **FGTS** dá a maior taxa de retorno. Então não poderia ser utilizado de outras formas."

O economista Ricardo Paixão acrescenta que utilizar o **FGTS** para gastos não urgentes faz com que o trabalhador precise recorrer a empréstimos na falta do recurso.

ENTENDA

Total de R\$ 22 bilhões liberados

Liberação do **FGTS**

A PROPOSTA que o governo pretende apresentar à Câmara é de acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS**.

TODOS OS trabalhadores poderão sacar o valor total da conta no caso de demissão por justa causa.

ASSIM. SERÁ LIBERADO O saque para quem foi demitido sem justa causa e ficou com valor retido na conta.

NO BRASIL. 7,2 milhões de brasileiros estão nessa situação. O valor retido chega a R\$ 22 milhões.

### Saque-Aniversário

O TRABALHADOR PODE sacar apenas o valor referente à multa rescisória se for demitido sem justa causa.

É POSSÍVEL RETORNO à modalidade

Saque-Rescisão. se não houver operação de antecipação contratada.

NO ENTANTO a mudança só tem efeito a partir do primeiro dia do 25º mês após a solicitação de retorno.

Opiniões divididas

HÁ QUEM DEFENDE que o saque-aniversário dá liberdade sobre como querem usar seu próprio dinheiro e evita o empréstimo excessivo.

POR OUTRO LADO pode deixar os trabalhadores com pouco ou nenhum recurso em momentos de vulnerabilidade, como no caso de demissões ou tragédias.

Fonte: Caixa Econômica Federal e Especialistas entrevistados.

Caso virou novela e é incerto

Desde que assumiu a pasta, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defende o fim do Saque-Aniversário do FGTS mas esbarra na falta de apoio, o que resultou em repetidos anúncios do fim dessa modalidade mas ainda sem definições concretas.

Em mais um episódio desta novela, o Ministério está estudando uma proposta para apresentar ao Congresso propondo a abolição dessa opção de saque, restaurando a proposta original do Fundo de Garantir, de auxiliar o trabalhador em momentos de vulnerabilidade.

Maioria é contra o fim da modalidade

Cerca de 70% das pessoas afirmaram que ficariam insatisfeitos com o fim do Saque-Aniversário em levantamento feito com 6,5 mil entrevistados pela Associação Brasileira de Bancos e pela Zetta, associação de empresas de serviços digitais.

Além disso, mais de 80% deseja ter liberdade para utilizar o dinheiro e 90% considera o empréstimo via antecipação do FGTS como muito importante. A pesquisa foi feita na primeira quinzena de março.

MARINHO quer fim da modalidade

# Pesquisas apontam que 70% ficariam insatisfeitos com o fim do saque-aniversário do FGTS

**Economia**

**Do R7, em Brasília**

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Economia | Do R7, em Brasília

Duas pesquisas apontaram que 70% dos beneficiados pelo **saque-aniversário** do **FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) ficariam insatisfeitos caso a modalidade não existisse mais. Os estudos mostram que os elegíveis ao benefício querem ter o direito de usufruir dos recursos do fundo quando for mais conveniente. As pesquisas foram feitas com clientes da ABBC (Associação Brasileira de Bancos) e da Zetta (associação de empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros digitais). Os levantamentos ouviram 6,5 mil pessoas na primeira quinzena de março.

Os dois estudos indicam que mais de 80% dos entrevistados querem ter liberdade para utilizar o dinheiro do **FGTS** quando considerarem melhor; para 90%, é importante ou muito importante o empréstimo via antecipação do **FGTS**.

A ABBC ouviu pessoas que contrataram o empréstimo de antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**. Para mais da metade dos entrevistados (54%), o dinheiro emprestado foi suficiente para atingir os principais objetivos.

45% dos clientes que estavam com dívidas atrasadas usaram o valor para despesas básicas de moradia (luz, água e gás) e carnês/boletos.

60% concordam que as taxas do empréstimo com

**FGTS** são menores se comparadas a outras modalidades; 70% concordam que não ter parcela mensal é um atrativo; e 70% concordam que o empréstimo não compromete sua renda mensal.

85% dos clientes que contrataram **FGTS** estavam negativados, tendo a antecipação do **saque-aniversário** como a única linha de crédito acessível.

86% das pessoas consideram contratar novamente o empréstimo no futuro.

Quase metade dos entrevistados (47%) não sabiam sobre a possibilidade da extinção da modalidade, que afetaria especialmente pessoas que já contaram com o empréstimo e com menor renda.

A pesquisa da Zetta, realizada com amostra representativa de público em geral elegível ao **FGTS**, mostra que 59% dos entrevistados ficariam insatisfeitos caso o **saque-aniversário** acabe.

85% dos entrevistados consideram contratar o **saque-aniversário**.

89% concordam que acessar o dinheiro do **FGTS** é uma segurança para emergências financeiras, e 45% dos entrevistados utilizaram o **saque-aniversário** de forma emergencial.

Entre os clientes que ficariam insatisfeitos com a extinção do **saque-aniversário**, falta de liberdade e perda de direitos são percepções frequentes.

85% concordam que ter a opção de pegar um empréstimo por meio da antecipação é uma oportunidade de acesso a crédito para quem não tem outras opções

Carregando...

Economia

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

**Site: <https://noticias.r7.com/economia/pesquisas-apontam-que-70-dos-beneficiados-ficariam-insatisfeitos-com-o-fim-do-saque-aniversario-do-fgts-18032024>**

# Chile desacelera no 4º tri, mas cresce 0,2% em 2023

O Chile registou um crescimento inesperado em 2023, apesar de voltar a desacelerar no quarto trimestre, prejudicado pela queda na atividade de mineração e por uma demanda desigual entre os vários setores da economia.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 0,4% ao ano no quarto trimestre, abaixo da expansão de 0,6% ao ano do terceiro trimestre. Mesmo assim a economia chilena encerrou o ano com um ganho marginal de 0,2%, contrariando as expectativas dos analistas de uma contração de 0,1% em 2023.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1)**

# Em recessão, economia alemã deve contrair 0,1% este ano

A Alemanha está em recessão e sua economia dificilmente crescerá este ano, segundo estudo divulgado ontem pela "Bloomberg". O Produto Interno Bruto (**PIB**) do país deverá contrair 0,1% no primeiro trimestre, indica a pesquisa.

A previsão, a partir de dados colhidos na semana passada, está em linha com o relatório mensal divulgado dias atrás pelo Ministério da Economia. "A demanda doméstica segue fraca, o custo dos financiamentos é alto e a confiança das famílias e empresas é baixa", disse o ministério."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1)**

# Juros americanos devem cair menos e mais tarde (Editorial)

A **inflação** cheia parou de cair nos Estados Unidos e até subiu um pouco em fevereiro. Os números mais recentes sobre o comportamento dos preços convenceram os investidores de que agora o almejado corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) só virá, provavelmente, no segundo semestre. As reuniões do Fed, do Banco da Inglaterra e do Banco Central do Brasil (BC) terão de dar respostas ao fenômeno semelhante: após cair com relativa rapidez da cercania dos dois dígitos, a **inflação** mostra resistência a caminhar para a meta na reta final. No Brasil o problema é menos agudo, dada a margem ainda existente para redução dos juros. Mas entrou em xeque a orientação futura de sinalizar dois cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões, assinalada desde o início da redução da Selic, em agosto.

Os preços dos serviços têm tornado bem mais difícil para os bancos centrais discernir a hora em que será apropriado reverter o ciclo de aperto monetário, interrompido há meses. O presidente do Fed, Jerome Powell, não se cansa de dizer que a hora de baixar os juros está cada vez mais perto, mas esse timing tem sido elusivo para todos. Há um consenso de que o Fed manterá suas taxas na quarta-feira e, como sempre, grande expectativa sobre os sinais a serem dados por Powell, além da "trama de pontos", a expectativa dos membros do Fed sobre a evolução dos juros, emprego, **inflação** e crescimento. Na última vez em que foi divulgada, em dezembro, ela indicava três cortes de 0,25 ponto percentual em 2024. Há agora dúvidas generalizadas sobre se a redução chegará a 0,75 ponto.

Os investidores entraram o ano interpretando o Fed como queriam - em janeiro, os mercados chegaram a sinalizar 6 ou mais cortes, com início em março. Tornaram-se bem mais sóbrios à medida que o tempo foi passando e a **inflação**, ficando mais ou menos no mesmo lugar. Agora, preveem 70% de chances de o Fed fazer três cortes ou menos, a partir de junho. Pesquisa do Financial Times em parceria com a Chicago Booth mostrou um intervalo de tempo maior, e cortes de menos esperados pelos economistas. Dois terços deles anteveem duas reduções dos fed funds, ou menos. Para mais da metade dos entrevistados, o ciclo de afrouxamento só começará em setembro.

O fator de fundo para a sustentação dos preços é a

expansão da economia, tanto nos EUA como no Brasil - menos na Europa, onde o Banco Central Europeu (BCE) está preocupado com a evolução dos salários, embora a perspectiva de expansão no bloco do euro não seja boa. Nos EUA, além dos pacotes trilionários desde a pandemia, o consumo tem se mostrado forte - deu algum sinal de fraqueza em fevereiro. O **PIB** americano previsto é de 2,4%, ante 2,5% em 2023. O mercado de trabalho começa a esfriar, mas muito lentamente para dar algum conforto às previsões baixistas de **inflação**.

O CPI de fevereiro, o índice de preços ao consumidor, subiu para 0,4% (0,3% em janeiro), e de 3,1% para 3,2% em 12 meses. O índice de preços ao produtor (PPI) avançou de 1% para 1,6%, o maior desde setembro de 2013. Com base nesses dois índices, a consultoria Oxford Economics calculou que o núcleo dos gastos pessoais de consumo (PCE), medida preferida pelo Fed, quase não recuará em fevereiro (o índice será divulgado após a decisão do banco). Ele foi de 0,4% em janeiro e 2,8% em 12 meses, e há expectativa de 0,3% para o mês passado. Ou seja, o núcleo dos preços mostra uma forte resistência à queda.

Esse comportamento ratifica uma das advertências de Powell sobre a prudência para iniciar o corte de juros. O "supernúcleo" de preços, medida na qual o Fed considera os preços não relacionados à energia e ao setor de imóveis, evoluiu 0,5% em fevereiro, um pouco mas não o suficiente abaixo do 0,8% de janeiro. Nesta categoria, serviços como seguro de automóveis subiram 20% em um ano, serviços de transportes, 10%, os de hospitais, 6%. Por outro lado, preços de energia voltaram a aumentar, como gasolina (3,8%), passagens aéreas (3,5%), gás (2,3%) etc.

O cenário desfavorável da manutenção de juros altos por mais tempo está se impondo, por enquanto, embora não haja ninguém no Fed que vaticine um repique da **inflação** ou uma recessão. Mas a manutenção dos juros em 5,5%, os maiores em 23 anos, trará prejuízos à economia, reduzindo a taxa de crescimento, do emprego e do crédito enquanto perdurar.

No Brasil, os indicadores de janeiro e fevereiro mostram que a economia parece ter saído da prostração dos dois últimos trimestres. Há queda dos

juros, mais estímulos fiscais e parafiscais, aumento real do salário mínimo, expansão do crédito, do emprego. Tudo isso alimenta o aumento da **inflação** de serviços e a demanda em geral, na contramão da política monetária. Os investidores esperam alguns movimentos importantes do BC. Alguns, que o ciclo de cortes de juros pare antes de a Selic atingir 9%, nível até então quase consensual. Outros, que a autoridade monetária deixe de sinalizar cortes duas reuniões à frente, para ganhar liberdade de movimento e, se for o caso, interromper as reduções diante de sinais evidentes de retomada da **inflação**. É possível que o BC faça as duas coisas, mas é pouco provável que isso ocorra na reunião de agora.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187818?page=1&section=1)**

# Inflação põe em risco corte do Fed em junho

**Gabriel Caldeira De São Paulo**

Dado como certo no começo do ano, o início dos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano) na primeira metade de 2024 começou a ser questionado por agentes do mercado após dois meses seguidos de **inflação** acima do esperado nos Estados Unidos. Casados a uma atividade econômica ainda robusta, os dados de preços em fevereiro sinalizaram a tendência de que o Fed adote uma postura conservadora, com a possibilidade de reduzir as taxas apenas a partir de julho.

Os índices de preços ao consumidor (CPI) e ao produtor (PPI) americano, referentes a fevereiro, assustaram o mercado e provocaram uma reconfiguração das expectativas dos investidores para a política monetária nos EUA. Agora, conforme mostra a ferramenta "CME FedWatch Tool", a projeção mais comum é de início dos cortes em junho, mas com apenas uma redução a cada duas reuniões, para um total de três cortes de 0,25 ponto percentual neste ano.

Além dos dados de **inflação**, o aumento das expectativas de consumidores medidas pelo Fed de Nova York também preocupou. Embora a **inflação** esperada para o curto prazo (1 ano) tenha se mantido em 3%, as expectativas de médio (3 anos) e de longo prazos (5 anos) aumentaram para 2,7% e 2,9%, respectivamente.

Para Francisco Nobre, economista da XP, o Fed só deve começar o ciclo de flexibilização monetária em julho por conta de uma **inflação** ainda "pressionada" no setor de serviços, que voltou a rodar por volta de 6% ao ano. Ele explica que essa é a expectativa da casa desde as leituras de janeiro do CPI e do "payroll", o relatório oficial do mercado de trabalho dos EUA.

No seu cenário-base, ele estima cortes de 0,25 ponto em todas as quatro reuniões de política monetária do Fed no segundo semestre, mas ressalta que é "muito possível" que o banco central americano adote a estratégia de cortar uma vez a cada duas reuniões, o que levaria o banco central a reduzir os juros em apenas 0,5 ponto durante todo o ano. No começo de 2024, o mercado precificava entre seis e sete cortes até dezembro.

O sócio e estrategista-chefe do BTG Pactual, João Scandiuzzi, acredita que a reaceleração da **inflação**

americana nos dois primeiros meses de 2024 mostrou que o processo para trazer a **inflação** para 2% será lento, com convergência à meta somente em 2026. Para ele, o Fed terá mais segurança de que a **inflação** está caminhando para a meta dentro de dois ou três meses.

Embora seu cenário base seja de início do ciclo de cortes em junho, ele vê mais risco de que isso ocorra mais tarde do que mais cedo. "O balanço de riscos aponta mais para jogar para frente do que para antecipar. [Os dirigentes do Fed] Precisarão de algumas leituras de **inflação** mais benignas", diz Scandiuzzi. De acordo com ele, o Fed deve realizar três cortes em sequência nas reuniões de junho, julho e setembro para evitar um aperto excessivo das condições financeiras, e depois adotar um ritmo de apenas uma redução por trimestre.

A surpresa negativa com a **inflação** americana estimulou uma forte correção no mercado de Treasuries, os títulos da dívida dos Estados Unidos. As taxas subiram na maior parte das últimas sessões com base na perspectiva de que o Fed manterá uma postura mais conservadora por ora. Isso, na avaliação de Scandiuzzi, já deixa o mercado de renda fixa americano bem posicionado para as próximas decisões da autarquia.

Há, porém, chance de correção na bolsa americana, de acordo com Francisco Nobre. Com base na avaliação dos estrategistas da XP e considerando o cenário-base da casa para os cortes do Fed, as ações americanas ainda parecem caras. "[A bolsa] Subiu bastante ultimamente impulsionada por lucros mais fortes, mas o cenário é muito incerto adiante e a política monetária muito contracionista pode afetar os lucros", avalia.

Scandiuzzi ressalta que as bolsas americanas têm sido impulsionadas por fatores que não estão relacionados com a política monetária. Mesmo no fim do ano passado, o movimento positivo não veio na esteira das expectativas mais otimistas para os cortes de juro em 2024, segundo ele.

Para o estrategista do BTG, apenas sinais mais claros de desaquecimento da economia - ainda não observados - podem aumentar a correlação da bolsa americana com os indicadores macroeconômicos. "Mesmo que o Fed corte menos, é por conta da economia forte. Se isso deixar de ser a realidade, pode ser que as bolsas fiquem mais responsivas [à

política monetária]", diz ele.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187818>

# Bancos perdem R\$ 5 bi em receita de tarifa

**Álvaro Campos, Mariana Ribeiro e Fernando Torres São Paulo**

Os cinco maiores bancos tradicionais do país - Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Santander - tiveram receita de R\$ 28,343 bilhões em 2023 apenas com tarifas de "serviços de conta corrente", como "pacotes de serviços", TEDs e outras cobranças do tipo. Apesar de a cifra impressionar, ela é cerca de R\$ 1 bilhão menor que o valor obtido em 2022 e R\$ 5 bilhões inferior aos R\$33,352 bilhões que esses mesmos serviços geraram em receita para essas instituições em 2019. A queda é explicada pela ascensão do Pix, pela chegada de novos competidores digitais e também por uma maior transparência na cobrança e uma maior conscientização dos clientes sobre o que pagam.

A retração na receita acontece a despeito do aumento de 27,2% na base de clientes dessas instituições, que chegou a 410,7 milhões ao fim do ano passado (considerando pessoas que têm conta em mais de um banco).

Quando se leva em conta o efeito da **inflação**, a perda em cinco anos é ainda maior. Se tivesse acompanhado o IPCA, a receita teria ficado em R\$ 42,6 bilhões. A perda real nesses R\$ 28,3 bilhões efetivamente arrecadados foi de mais de R\$ 14 bilhões.

Em 2019, as receitas com conta corrente nesses bancos respondiam por 19,7% do faturamento total com tarifas-que incluem seguros, consórcio, mercado de capitais, cartões, entre outros. Em 2023, essa fatia caiu para 15,5%.

Entre os motivos para a queda estão a concorrência com fintechs que não cobram tarifas pela oferta de serviço de conta corrente, que forçou os bancos a fazerem o mesmo em muitos casos, e o avanço do Pix, que derrubou a receita com TEDs e DOCs - este último, já extinto. Outras mudanças, como o "open finance", a portabilidade e maior transparência na cobrança, também pesaram.

Quando se olha banco a banco, porém, os dados mais recentes apontam divergência de resultados. Enquanto Itaú e Bradesco seguiram perdendo receita nessa linha em 2023, BB, Santander e Caixa mostraram leve melhora ou estabilidade. Na análise de cinco anos, Caixa foi a que mais perdeu.

Segundo José Daronco, analista da Suno Research, a queda nas receitas é explicada principalmente pela concorrência trazida pelas fintechs, pelo crescimento do Pix e pelo próprio avanço tecnológico. Isso levou a um movimento em que as próprias instituições passaram a reduzir ou zerar tarifas para evitar a evasão de clientes, afirma.

Outro fator que teve impacto nas receitas foi o maior conhecimento da população sobre os pacotes de serviços essenciais, previstos na resolução 3.919 do Banco Central, acrescenta o analista. "Muitos influenciadores, inclusive, passaram a informar as pessoas sobre essa possibilidade." No ano passado, ficou famoso o caso da influenciadora Nathália Rodrigues (a "Nath Finanças") que fez uma série de postagens falando não só sobre a existência dos pacotes gratuitos, mas também ensinando os clientes a pedir reembolso.

Phil Soares, chefe de análise de ações da Órama, afirma que parte das diferenças entre cada banco é explicada pela maior ou menor participação de clientes pessoas jurídicas, que dão mais resiliência às receitas com serviços de conta corrente. "As fintechs puxaram as contas gratuitas e ainda não entraram de forma pesada no mundo de empresas." Ele acredita que, embora essas receitas devam continuar em queda, parte relevante do movimento já ficou no passado.

Para o especialista em serviços financeiros Gueitiro Genso, que já foi vice-presidente de varejo do BB e CEO da PicPay, o movimento nas tarifas de conta corrente é reflexo do fomento à competição promovido pelo BC desde 2013. Com uma melhora experiência do usuário, as fintechs conseguiram atrair uma grande base. Ainda assim, ele diz que os incumbentes "correram atrás do prejuízo" e melhoraram seus aplicativos. Alguns fatores colaboram para que haja certa resiliência nessa linha, como o fato de os novos ententes não terem uma oferta de produtos completa; uma certa "inércia" de usuários mais antigos, que resistem em trocar de banco; e mesmo uma proposta de valor diferente, com algumas categorias de correntistas valorizando a rede de agências físicas.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187818>

# BNDES é a instituição de fomento que mais financiou projetos

São Paulo - Apenas 14% do total de investimentos em finanças climáticas entre 2021 e 2022 foram para mercados emergentes, sem considerar a China, segundo levantamento do grupo de pesquisa Climate Policy Initiative (CPI) publicado no final do ano passado. Neste contexto, bancos de desenvolvimento atuam como sustentáculo desses países na corrida pela transição energética.

Com riscos maiores a investidores, um plano ambiental ainda incipiente, esfera regulatória atrasada e pequeno espaço fiscal para subsídios, o Brasil entra nesse bolo. No País, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a instituição que mais financiou projetos de energia renovável no mundo desde 2004, de acordo com a BNEF, organização de pesquisas da Bloomberg.

Na última quarta-feira (13), o banco aprovou o novo Fundo Clima, que terá até R\$ 10,4 bilhões para financiar medidas de combate às mudanças climáticas. Parte desse recurso vem da captação de US\$ 2 bilhões no exterior com títulos soberanos sustentáveis lançados pelo Ministério da Fazenda.

Esse tipo de instituição foi responsável por metade dos investimentos climáticos em todo o mundo entre 2021 e 2022, segundo o CPI. O levantamento aponta que 67% dos investimentos climáticos de instituições financeiras de desenvolvimento nacionais e bilaterais foram para mercados emergentes, com quase todo esse valor permanecendo no país de origem ou sendo destinado a outros emergentes. Na mesma linha, 45% dos investimentos dos bancos multilaterais de desenvolvimento foram para países emergentes.

Recursos são baixos - Ainda assim, o valor não é suficiente. No final de fevereiro, em reunião paralela ao G20 com chefes de bancos multilaterais, em São Paulo, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, destacou que, se todo o financiamento multilateral disponível na América Latina e Caribe fosse destinado a ações climáticas, o montante cobriria apenas 3% do investimento necessário.

Esses bancos têm buscado formas de direcionar mais recursos para países emergentes ou subdesenvolvidos.

"Há muito capital institucional nas economias ocidentais que, por razões regulatórias, não podem ser investidos em economias emergentes devido a restrições de risco. Não são decisões de organizações individuais, essas são regulamentações impostas, presumivelmente para proteger poupadores ou pensionistas. Mas precisamos encontrar maneiras de desbloquear isso", diz, o economista- chefe do AIIB, banco multilateral de desenvolvimento comandado pela China e do qual o Brasil é membro, Erik Berglof.

Vários países da OCDE, o clube dos países ricos, por exemplo, impedem que seus fundos de pensão invistam em títulos de nações que não fazem parte da organização. "Pode haver um papel para os bancos multilaterais de desenvolvimento em ajudar a gerenciar esse risco. Uma coisa que eles podem fazer muito bem é coinvestir, por exemplo, com empresas privadas; isso fornece proteção e reduz o risco para as empresas. E acho que esse é um papel muito importante para os bancos desempenharem", acrescenta.

Em certa parte, o Brasil caminha para isso. No final de fevereiro, o governo federal anunciou que o BID vai contratar R\$ 17 bilhões de instrumentos de proteção cambial no exterior e repassá-los, por meio do Banco Central (BC), para instituições financeiras no Brasil. Por ter baixo risco de crédito, o banco consegue obter essa proteção com custo menor do que seria obtido por um banco brasileiro. (Pedro Lovisi/FolhaPress)

Bancos de desenvolvimento foram responsáveis por metade dos investimentos climáticos em todo o mundo entre 2021 e 2022, segundo levantamento

### Falta arcabouço regulatório no País

São Paulo - A posição do País no mundo faz diferença, destaca a diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana Costa. Para ela, o acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) "pode ajudar, mas não é uma bala de prata".

São muitas as vantagens comparativas do Brasil: sol, vento e água abundantes, maior floresta tropical do mundo, uma das maiores biodiversidades do planeta, grandes reservas de minerais críticos, um agronegócio

forte e um sistema elétrico interligado, robusto e o mais importante- limpo. Ainda assim, para quem lida diariamente com investimentos na área, o Brasil precisa de foco se quiser competir com países desenvolvidos na corrida pela transição energética.

A BNEF, organização de pesquisas da Bloomberg, calculou que dos dez países que mais receberam investimentos em transição energética em 2023, apenas dois são emergentes, sem contar a China: Brasil e Índia.

Juntos, eles não representam nem 5% do investimento total. A pesquisa considera investimentos privados e públicos.

Do pacote de US\$ 1,7 trilhão (R\$ 8,5 trilhões) aprovado pelos Estados Unidos em 2022 para controlar a **inflação**, estima-se que US\$ 370 bilhões vão para projetos ligados à segurança energética e à energia limpa. Quase metade sairá de incentivos do governo, como isenção de 10% dos **impostos** para a produção de tecnologia solar ou eólica no país e crédito de US\$ 7,5 mil para a compra de carros elétricos e de US\$ 3 por quilo de hidrogênio verde feito em terras americanas.

"Como temos restrição fiscal, precisaremos ser mais eficientes e vamos ter que achar alguma forma de ser muito cirúrgicos nos nossos incentivos. [...] Teremos que saber as batalhas que a gente vai comprar e as apostas que a gente vai fazer como sociedade; a gente não vai poder apostar em tudo", afirma Luciana Costa.

Ela cita, por exemplo, a produção de fertilizantes verdes e de SAF (sigla em inglês para combustíveis sustentável de aviação). Esse último ainda é incipiente no mundo, mas o Brasil, se tivesse ambiente regulatório e incentivos fiscais adequados, poderia liderar o mercado global, já que a matéria-prima desses combustíveis vem de commodities conhecidas dos brasileiros, como etanol, óleos vegetais e gordura animal.

"Lá na frente também teremos que focar em hidrogênio verde e fertilizante verde porque a gente tem o agro inteiro para descarbonizar", diz. "Se a gente combinar nossas vantagens comparativas e desenhar esse arcabouço regulatório dessa economia verde de forma bem desenhada, uma indústria intensiva em energia vai se estabelecer no Brasil em vez da Europa", destaca.

A BNEF calcula que o Brasil tem potencial para produzir o hidrogênio verde mais barato do mundo até 2030, podendo custar menos ainda que o hidrogênio cinza, aquele produzido a partir de fontes fósseis. Só

que para isso o País precisa ajustar seu ambiente regulatório. Ainda estão no Congresso leis que criam créditos voltados à transição energética e incentivos para a produção de biodiesel, de biometano e de SAF. (PL/FolhaPress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-19-03-2024/>

# Brasil precisa alongar visibilidade da dívida, diz presidente do BofA

**Fernanda Guimarães e Talita Moreira De São Paulo**

O Brasil melhorou seu perfil de risco e o governo tem se mostrado comprometido com o controle da dívida, mas a falta de visibilidade em prazos mais longos gera ansiedade no mercado e se traduz na volatilidade dos preços dos ativos, afirma o presidente do Bank of America (BofA) no Brasil, Eduardo Alcalay. "Temos uma estabilidade sensível, porque o horizonte é de um ou dois anos. É preciso alongar essa estabilidade. O foco dos investidores é o indicador de solvência do Brasil", afirma em entrevista ao Valor.

Há sete anos no comando do banco americano no Brasil, Alcalay diz que é natural essa ansiedade porque o mercado está "muito focado e preocupado com a boa gestão da responsabilidade fiscal". E é isso o que explica o porquê de algumas falas ou notícias acabarem batendo diretamente nas cotações. Para ele, a consequência é que acaba havendo movimentos exagerados, como uma queda ou alta brusca de uma determinada ação.

Alcalay vê a condução da política econômica caminhando bem e diz que o Banco Central (BC) foi "exímio" em controlar a **inflação**. Falta dar um passo além. "O eixo dessa política do governo, liderada pelo Ministério da Fazenda, está bem ancorado. Tem ruídos aqui e ali, mas a direção é bem reconhecida. Agora precisamos avançar mais no médio prazo", afirma.

O que o executivo quer dizer é que o país precisa entrar em uma rota de equilíbrio mais firme na relação entre dívida bruta e Produto Interno bruto (**PIB**). Na visão dele, a proporção atual, de 75%, é alta para "países do padrão de Brasil". Ele observa que o Brasil até tem visto a percepção de risco cair, algo que fica evidente na trajetória do CDS (sigla em inglês para "credit default swap"), derivativo que oferece proteção contra calotes e é usado como medida de risco de um determinado país ou ativo.

No entanto, para que a relação dívida/**PIB** possa avançar, um dos pontos relevantes, de acordo com Alcalay, é dar continuidade às reformas estruturais - pilar que ajudará o governo a manter uma agenda positiva. Uma das reformas que precisam voltar à mesa, afirma, é a administrativa. "Não é uma reforma puramente de corte de custos, mas de buscar

qualidade do serviço público", diz.

Um avanço nessa frente também ajudaria a abrir um desejado espaço para um ritmo maior de queda das taxas de juros, acrescenta o executivo.

Mesmo com falta de clareza de mais longo prazo, há notícias positivas, na visão do presidente do BofA. Alcalay elogia a agenda do governo voltada à pauta microeconômica, como o apoio a projetos de lei que tentam facilitar o acesso a crédito e melhorar o ambiente de negócios. "São medidas para melhorar as condições dos negócios e buscar ganho de produtividade no país. Isso é música para os ouvidos", diz.

Apesar dessas boas perspectivas, o executivo reconhece que o fluxo de capital estrangeiro para o mercado brasileiro tem sido tímido. A explicação, afirma, está na manutenção das taxas de juros americanas em patamar elevado e no adiamento das estimativas para o início do afrouxamento monetário pelo Federal Reserve, o banco central daquele país. Esse compasso de espera tem afugentado os investidores que normalmente olham para ativos de risco.

Alcalay pondera que o investimento direto no Brasil tem sido menos afetado, algo demonstrado no interesse de multinacionais no país. São os casos, por exemplo, dos anúncios de investimentos multibilionários das montadoras de veículos.

No entanto, sem o fluxo de capital para a bolsa, a esperada reabertura do mercado para ofertas iniciais de ações (IPOs, pela sigla em inglês) foi empurrada para o segundo semestre, diz Alcalay. Segundo ele, o interesse do investidor existe, mas é necessário um alinhamento entre juros mais baixos e expectativa sobre crescimento da economia. Essa combinação também deve influenciar na entrada de recursos nos fundos de investimento locais, que sofreram grande sangria nos últimos dois anos. "O mercado de IPOs tem potencial para reabrir em algum momento do ano", afirma. "Está parando de sair dinheiro dos fundos." Uma boa notícia é que as ofertas subsequentes de ações ("follow-on", em inglês) estão deixando de ter um viés tão forte em reestruturação de balanços, como se viu no ano passado. Segundo Alcalay, as operações que começam a sair agora estão mais

voltadas a investimentos e expansão. O executivo cita os setores de infraestrutura, varejo, tecnologia e saúde como alguns dos que podem acessar a bolsa.

No comparativo com outros mercados, o Brasil está relativamente bem, amparado pelas pautas de segurança alimentar e energia limpa, observa Alcalay, que vê oportunidades nessas duas frentes. No entanto, pondera, o país tem competidores fortes na disputa pelo capital, principalmente o Sudeste Asiático, a Índia e o México.

A diversificação dos negócios do BofA, após uma decisão estratégica tomada há dez anos, ajudou o banco americano a driblar o cenário difícil para o mercado de capitais no país nos últimos dois anos, período em que as receitas do setor encolheram. A franquia no país, segundo Alcalay, cresceu "acima de dois dígitos". O executivo atribui o desempenho ao fortalecimento da área de fusões e aquisições (M A) do banco, que resultou em ganho de participação de mercado, e a serviços transacionais.

Uma das frentes que ganharam espaço ao longo desse processo é a volta a pagamentos e cobranças dos clientes, por exemplo. Outra é a gestão de caixa de empresas. Também entrou na prateleira o negócio de "prime brokerage", destinado a grandes clientes, como gestoras e family offices. A volatilidade e a alta dos juros, por sua vez, propiciaram ganhos com operações estruturadas. Com essa combinação de ferramentas, o banco ganhou um colchão que amorteceu os efeitos da volatilidade e da paridade no mercado de ações. "A gente não ficou parado, enquanto o mercado de equities se retraiu", afirma.

Alcalay ressalta que o BofA manterá no Brasil a mesma linha que o banco segue fora dos Estados Unidos, exclusivamente com atividades de banco de atacado. "Dentro disso vamos fazer adições de produtos e linhas", diz.

No mercado brasileiro, por exemplo, o BofA tem avançado nos serviços de pagamento corporativo por meio do Pix. O banco lançou, ainda, o financiamento ao comércio por meio de duplicatas.

"O mercado de IPOs tem potencial para reabrir algum momento do ano" Eduardo Alcalay

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187818>